

IMPLANTAÇÃO DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS NOS TRIBUNAIS

Série

CNU Acadêmico

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Ministro Antonio Cezar Peluso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Gilson Dipp

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça

Rubens Rihl Pires Corrêa

Conselheiros

Felipe Locke

Ives Gandra

Jefferson Luis

Jorge Hélio

José Adônis

Leomar Barros

Marcelo Neves

Marcelo Nobre

Milton Nobre

Morgana de Almeida

Nelson Braga

Paulo Tamburini

Walter Nunes

Departamento de Pesquisa Judiciária

Secretária Executiva

Neide De Sordi

Diretor Técnico

Pedro Florêncio

Diretor de Projetos

Fábio Mirto

Pesquisadores

Ana Carolina Prata

Pedro Florêncio

Estatísticos

Gabriela Azevedo

Igor Stemler

Implantação das tabelas processuais unificadas

Conselho Nacional de Justiça
Departamento de Pesquisas Judiciárias

Julho, 2010

Conselho Nacional de Justiça
Departamento de Pesquisas Judiciárias
www.cnj.jus.br

Qualquer parte dessa publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Implantação das tabelas processuais unificadas / Conselho Nacional de Justiça. Departamento de Pesquisas Judiciárias. – Brasília: CNJ, 2010.

51 p. -- (Série CNJ Acadêmico ; 2).

1. Tabelas processuais unificadas. 2. Tabela de assuntos. 3. Poder judiciário. 4. Levantamento estatístico. I. Conselho Nacional de Justiça. Departamento de Pesquisas Judiciárias.

Lista de tabelas

Tabela 1, p. 16: Não implantou a tabela de assuntos

Tabela 2, p. 16: Não implantou a tabela de movimentação

Tabela 3, p. 16: Não implantou a tabela de classes

Tabela 4, p. 26: Tabela de assuntos do CNJ

Tabela 5, p. 36: Tabela de classes do CNJ

Tabela 6, p. 46: Tabela de movimentação do CNJ

Tabela 7, p. 49: Implantação da tabela de classes

Tabela 8, p. 49: Implantação da tabela de assuntos

Lista de ilustrações

Gráfico 1, p. 13: Tabela de assuntos do CNJ implantada nos tribunais

Gráfico 2, p. 14: Tabela de classes do CNJ implantada nos tribunais

Gráfico 3, p. 14: Tabela de movimentação do CNJ implantada nos tribunais

Gráfico 4, p. 17: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de assuntos do CNJ no 1º grau

Gráfico 5, p. 18: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de assuntos do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no 1º grau

Gráfico 6, p. 19: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de assuntos do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no 1º grau

Gráfico 7, p. 19: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de assuntos e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no 1º grau

Gráfico 8, p. 20: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de assuntos do CNJ no 2º grau

Gráfico 9, p. 21: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de assuntos do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no 2º grau

Gráfico 10, p. 22: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de assuntos do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no 2º grau

Gráfico 11, p. 22: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de assuntos e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no 2º grau

Gráfico 12, p. 23: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de assuntos do CNJ no juizado especial

Gráfico 13, p. 24: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de assuntos do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no juizado especial

Gráfico 14, p. 25: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de assuntos do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no juizado especial

Gráfico 15, p. 25: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de assuntos e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no juizado especial

Gráfico 16, p. 27: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de classes do CNJ no 1º grau

Gráfico 17, p. 28: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de classes do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no 1º grau

Gráfico 18, p. 29: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de classes do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no 1º grau

Gráfico 19, p. 29: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de classes e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no 1º grau

Gráfico 20, p. 30: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de classes do CNJ no 2º grau

Gráfico 21, p. 31: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de classes do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no 2º grau

Gráfico 22, p. 31: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de classes do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no 2º grau

Gráfico 23, p. 32: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de classes e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no 2º grau

Gráfico 24, p. 33: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de classes do CNJ no juizado especial

Gráfico 25, p. 33: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de classes do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no juizado especial

Gráfico 26, p. 34: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de classes do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no juizado especial

Gráfico 27, p. 35: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de classes e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no juizado especial

Gráfico 28, p. 37: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de movimentação do CNJ no 1º grau

Gráfico 29, p.38: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de movimentação do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no 1º grau

Gráfico 30, p. 39: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de movimentação do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no 1º grau

Gráfico 31, p. 39: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de movimentação e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no 1º grau

Gráfico 32, p. 40: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de movimentação do CNJ no 2º grau

Gráfico 33, p. 41: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de movimentação do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no 2º grau

Gráfico 34, p. 42: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de movimentação do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no 2º grau

Gráfico 35, p. 42: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de movimentação e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no 2º grau

Gráfico 36, p. 43: Situação dos tribunais com relação à implantação da tabela de movimentação do CNJ no juizado especial

Gráfico 37, p. 44: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de movimentação do CNJ e os que cadastram seus processos exclusivamente por essa tabela no juizado especial

Gráfico 38, p. 45: Relação entre os tribunais que implantaram a tabela de movimentação do CNJ e os que já utilizavam uma tabela anteriormente no juizado especial

Gráfico 39, p. 45: Relação entre os tribunais que já utilizavam uma tabela de movimentação e os que realizaram a migração para a tabela do CNJ no juizado especial

Gráfico 40, p. 48: Percentual de tribunais que declararam possuir tabela, mas não enviaram os dados do *Justiça em Números*

Lista de abreviaturas e siglas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DPJ – Departamento de Pesquisas Judiciárias

TJ – Tribunal de Justiça

TRF – Tribunal Regional Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

Sumário

1.Introdução.....	12
2. Dados agregados gerais	13
3. Tabela de assuntos	17
3.1. 1º grau	17
3.2. 2º grau	20
3.3. Juizados especiais	23
3.4. Dados gerais - Tabela de Assuntos do CNJ.....	26
4. Tabela de Classes.....	27
4.1. 1º grau	27
4.2. 2º grau	30
4.3. Juizados especiais	32
4.4. Dados gerais - Tabela de Classes do CNJ.....	36
5. Tabela de Movimentos.....	37
5.1. 1º grau	37
5.2. 2º grau	40
5.3. Juizados especiais	43
5.1. Dados gerais - Tabela de Movimentos do CNJ.....	46
6. Respostas do questionário x Dados do relatório <i>Justiça em Números 2009</i>	47
7. Conclusão	50

1. Introdução

Este relatório apresenta um panorama do estágio de implantação das Tabelas Processuais Unificadas nos tribunais da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho. Os dados aqui disponibilizados foram obtidos por meio de questionário enviado a esses tribunais no primeiro trimestre de 2010.

O estudo se subdivide em sete seções. Logo após a introdução, na segunda parte do relatório, empreende-se uma análise, com base em dados agregados, do estágio de implantação das Tabelas na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho. Na terceira seção, efetua-se uma análise mais pormenorizada sobre o estágio de utilização das Tabelas de Assuntos. A parte seguinte perfaz o mesmo exercício no tocante às classes, e a quinta, a respeito de movimentos. Levando em conta a abordagem realizada, a sexta seção do relatório analisa em que medida os dados informados pelos supracitados tribunais ao *Justiça em Números* realizaram-se em consonância com os parâmetros estipulados nas Tabelas Processuais Unificadas. Neste tópico, testa-se a consistência dos dados informados no questionário enviado ao CNJ no primeiro trimestre de 2010 à luz do que foi informado ao *Justiça em Números*. Espera-se, nesse sentido, que os tribunais cujas informações revelaram plena implantação das tabelas em suas rotinas de trabalho de acordo com o questionário tenham efetivamente enviado seus dados estatísticos em conformidade com essas tabelas.

2. Dados agregados gerais

Observa-se, por meio dos dados abaixo, que a maioria dos Tribunais da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho (incluindo o TST) implantou as Tabelas de Assuntos e Classes do CNJ no 1º e no 2º grau e Juizados Especiais. Com relação à Tabela de Movimentos, não obstante, a adesão foi parcial.

Gráfico 1

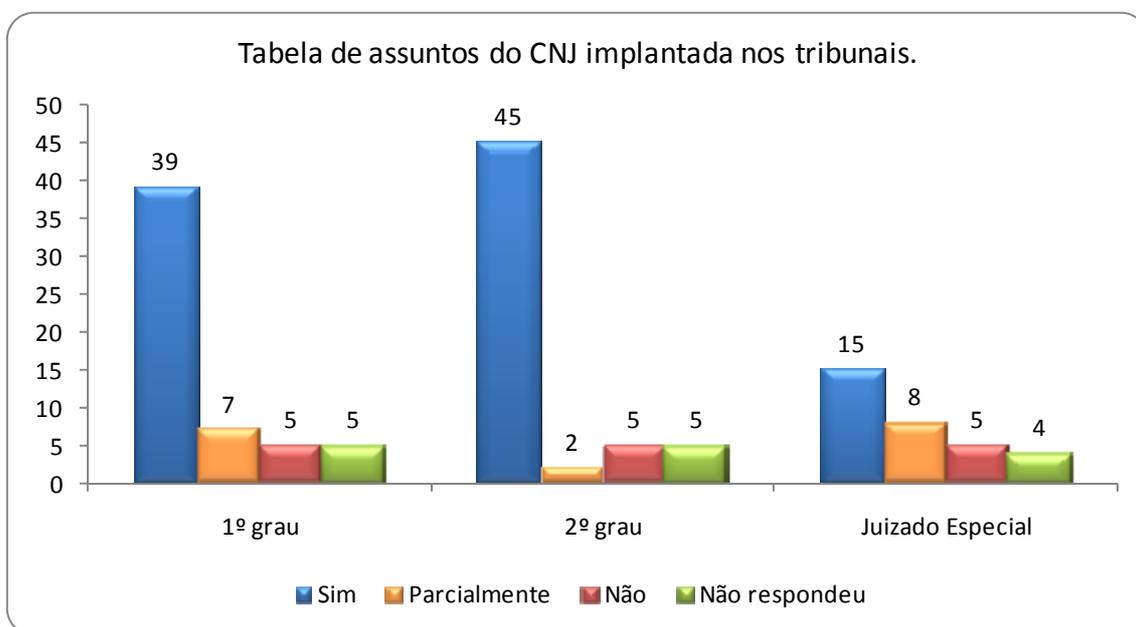


Gráfico 2

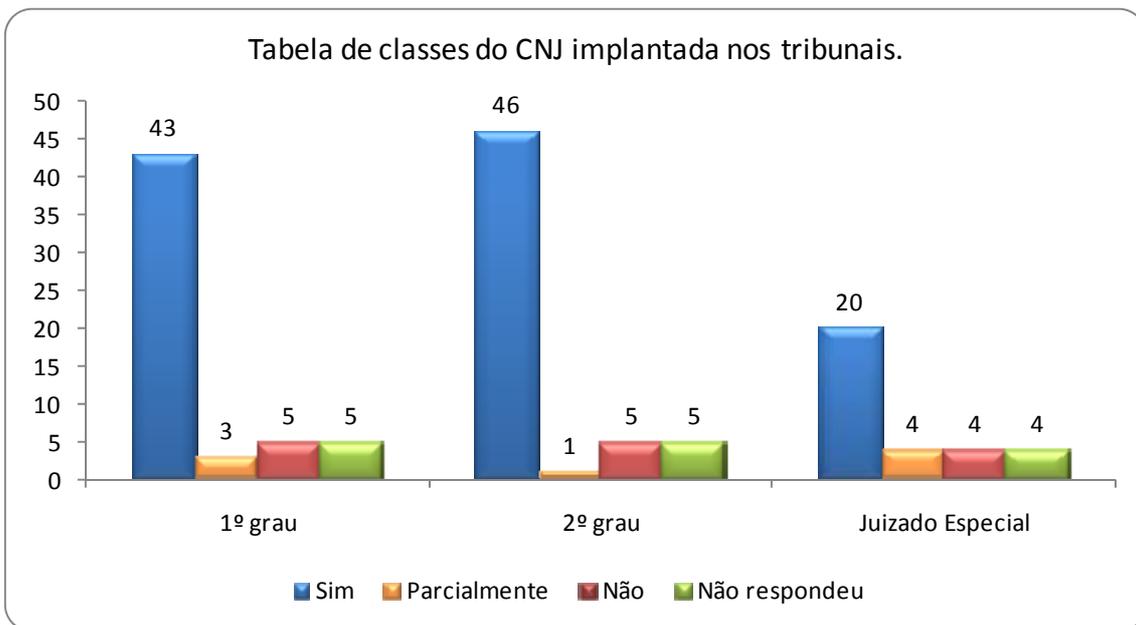
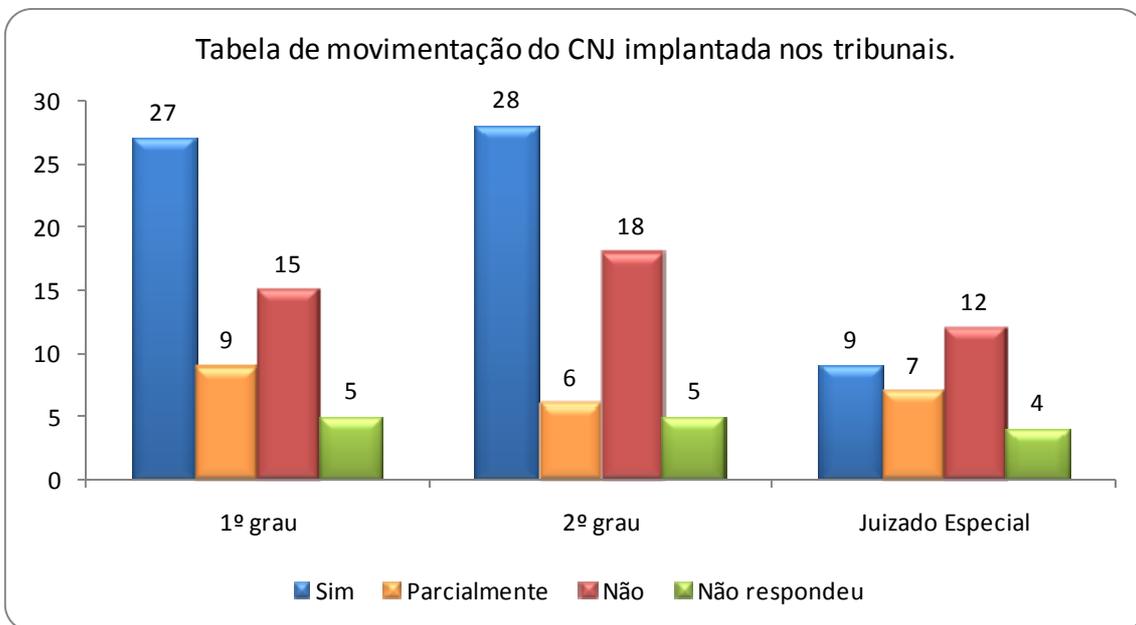


Gráfico 3



Especificam-se, abaixo, os tribunais que não responderam ao questionário sobre a implantação das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ:

- TRF 5ª Região;
- TRT 5ª Região;
- TJ – Amapá;
- TJ – Paraíba e
- TJ – Piauí.

Para otimizar a visualização dos tribunais que responderam ter implantado as Tabelas de Assuntos, Classes e Movimentação do CNJ, elaboraram-se as tabelas a seguir, divididas em 1º grau, 2º grau e Juizados Especiais.

Observa-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas foi o único a informar que não implantou nenhuma das tabelas do CNJ. Os demais tribunais, com exceção dos que não responderam ao questionário, implantaram totalmente ou parcialmente pelo menos uma das tabelas no 1º grau, no 2º grau ou nos Juizados Especiais.

Tabela 1

Não implantou a Tabela de Assuntos

1º grau	2º grau	Juizado Especial
TJAM	TJAM	TJAM
TJDFT		TJDFT
	TJES	
	TJMA	
TJMS		TJMS
		TJPA
TJRN	TJRN	
TJTO		
	TRT20	
		TRF3

Tabela 2

Não implantou a Tabela de Movimentação

1º grau	2º grau	Juizado Especial
	TJAC	
	TJAL	TJAL
TJAM	TJAM	TJAM
TJDFT		TJDFT
	TJES	TJES
	TJMA	
TJMS	TJMS	TJMS
TJMT	TJMT	
		TJPA
	TJPE	TJPE
TJPR	TJPR	
TJRN	TJRN	
TJRS	TJRS	TJRS
TJTO		
TRF1	TRF1	TRF1
TRF2	TRF2	TRF2
TRF3	TRF3	TRF3
TRF4	TRF4	TRF4
TRT3	TRT3	
TRT4		
	TRT6	
TRT16		
	TRT20	

Tabela 3

Não implantou a Tabela de Classes

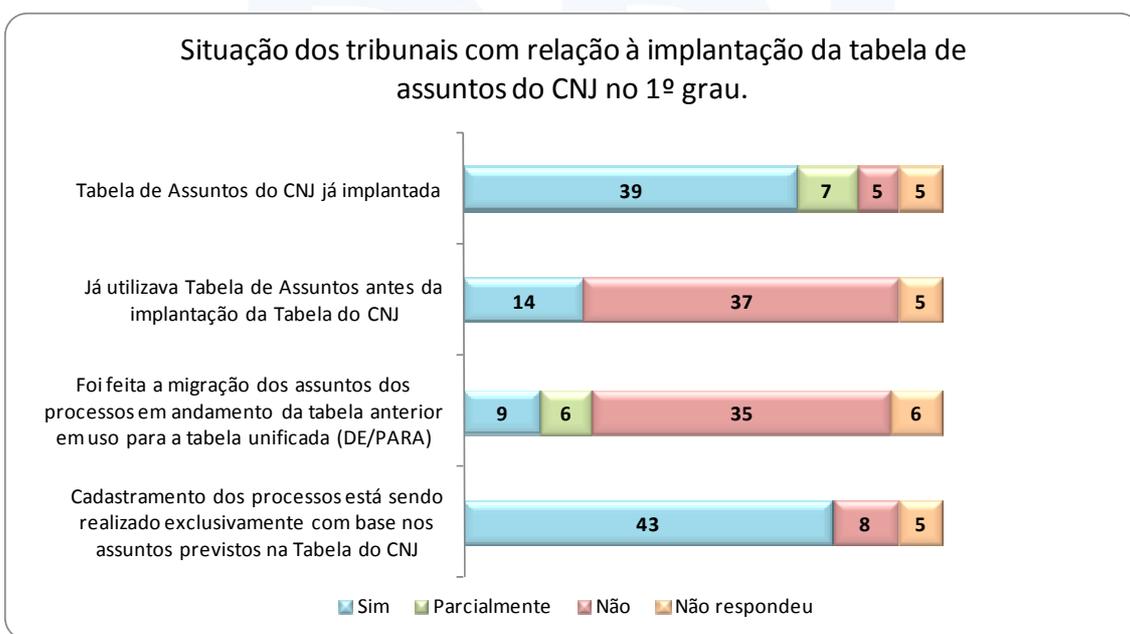
1º grau	2º grau	Juizado Especial
TJAM	TJAM	TJAM
TJDFT		TJDFT
	TJES	
	TJMA	
TJMS		TJMS
		TJPA
TJRN	TJRN	
TJTO		
	TRT20	

3. Tabela de Assuntos

1.1. 1º grau

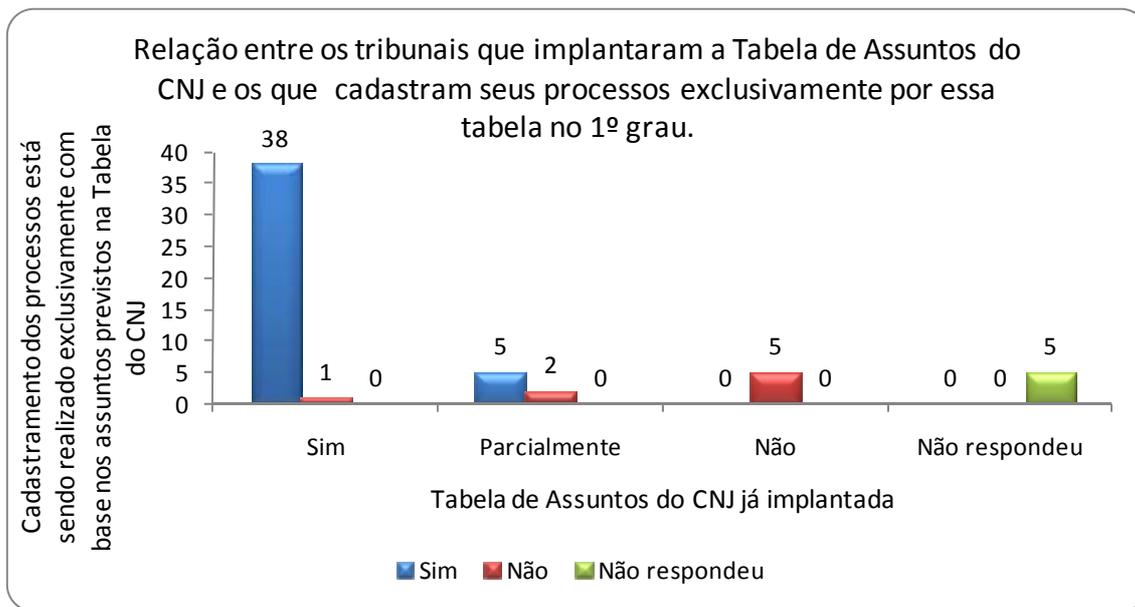
Por intermédio do gráfico abaixo, verifica-se que a maioria dos tribunais implantou a Tabela de Assuntos do CNJ no 1º grau e já cadastra seus processos exclusivamente com base nos assuntos nela previstos. Além disso, esses tribunais não utilizavam tal parâmetro anteriormente, por isso não realizaram a migração dos assuntos.

Gráfico 4



O gráfico a seguir demonstra que, com exceção do Tribunal de Justiça de Sergipe, os tribunais que implantaram totalmente a Tabela de Assuntos do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nos assuntos nela previstos.

Gráfico 5



A maioria dos tribunais que implantou totalmente ou parcialmente a Tabela de Assuntos do CNJ não utilizava tabela antes da implantação do modelo do CNJ.

É interessante apontar que os Tribunais de Justiça do Amazonas e do Mato Grosso do Sul não implantaram a Tabela de Assuntos do CNJ e também não utilizavam nenhuma tabela anteriormente; apesar disso, esses tribunais realizaram a migração dos assuntos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Outro aparente paradoxo diz respeito ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que implantou parcialmente a Tabela de Assuntos do CNJ; porém, apesar de não utilizar uma tabela anteriormente à implantação desta do CNJ, realizou a migração dos assuntos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Os tribunais que não utilizavam tabela de assuntos antes da implantação da tabela do CNJ e realizaram parcialmente o DE/PARA foram os Tribunais de Justiça de Roraima, Santa Catarina, São Paulo e o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Gráfico 6

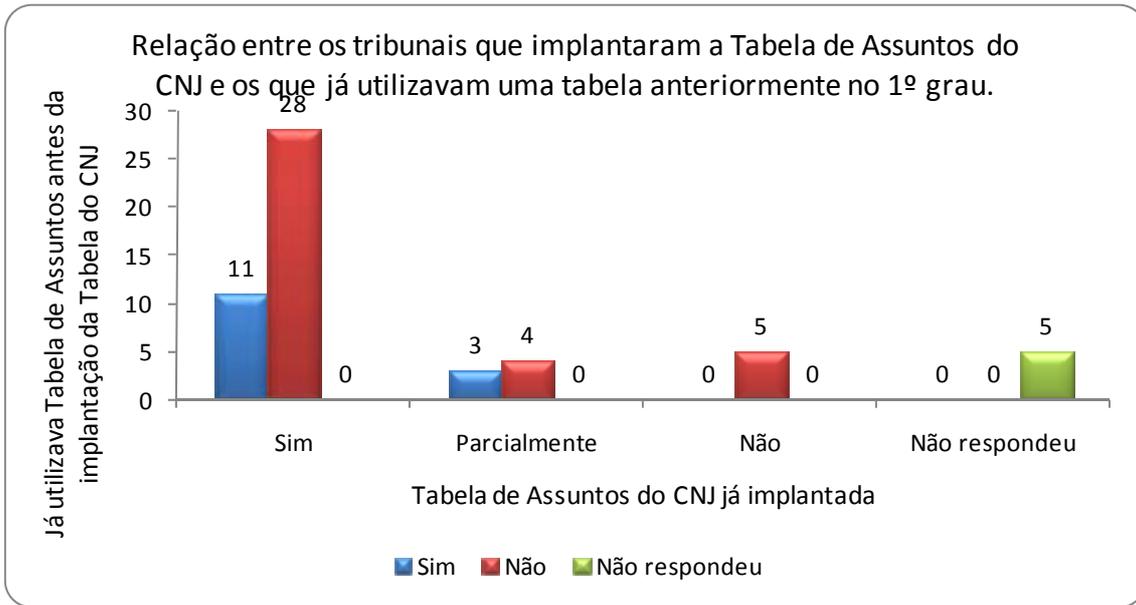
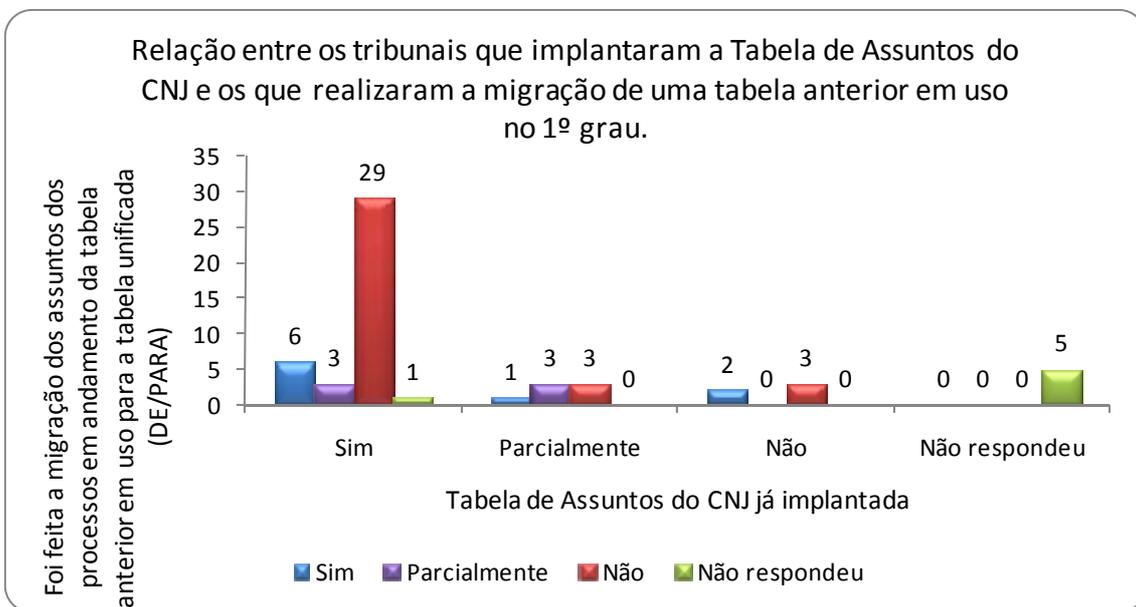


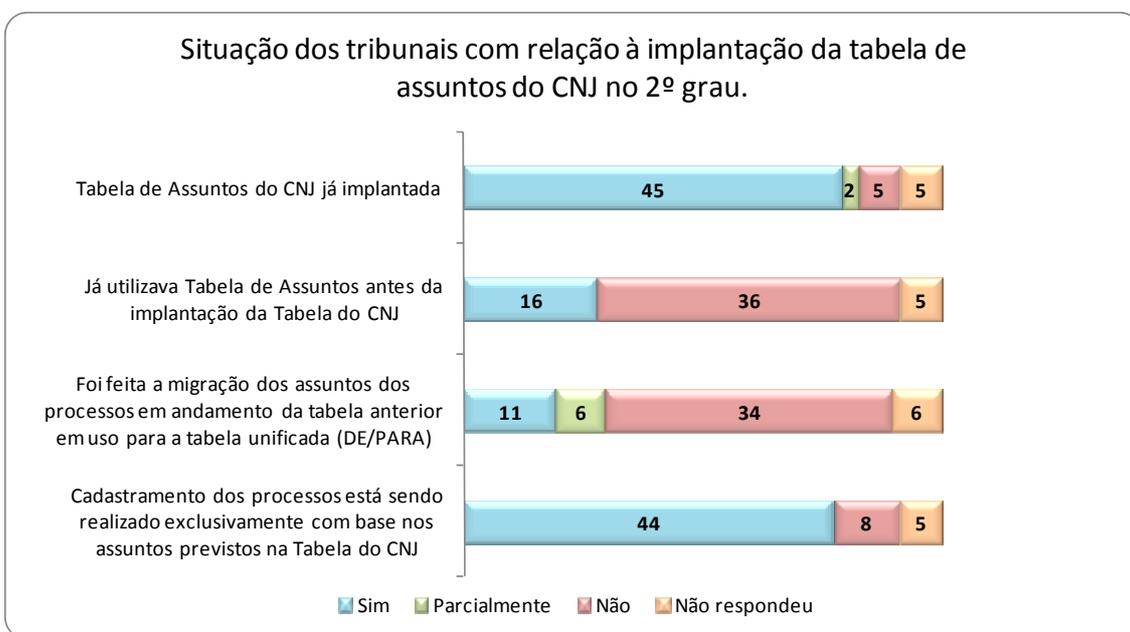
Gráfico 7



1.2. 2º grau

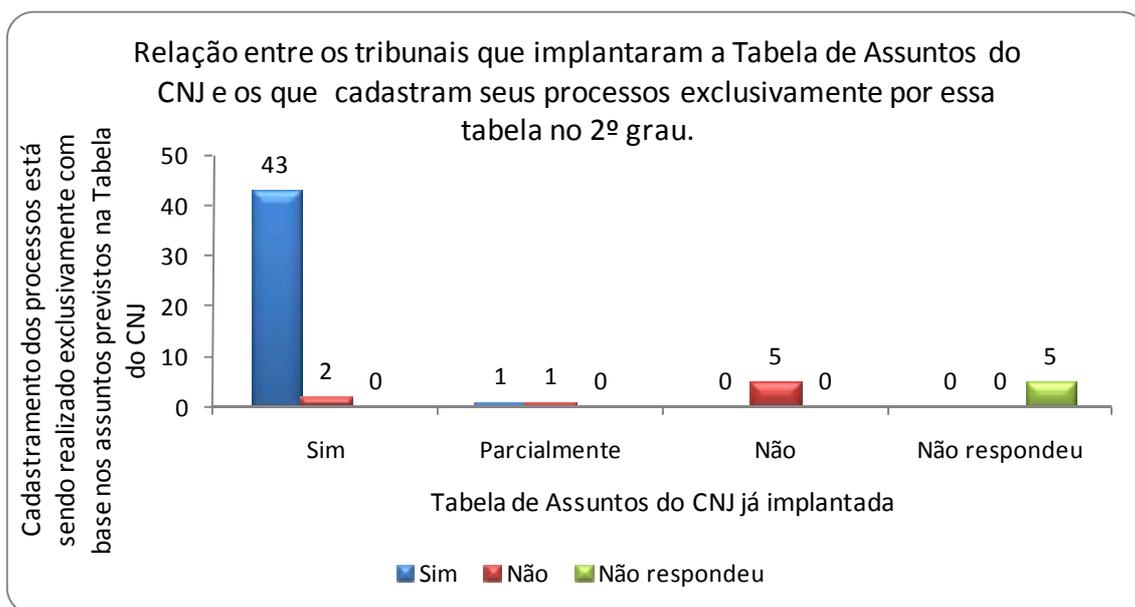
No 2º grau, verifica-se que a maioria dos tribunais implantou a Tabela de Assuntos do CNJ e já cadastra seus processos exclusivamente com base nos assuntos nela previstos. Ademais, esses tribunais não utilizavam tabela de assuntos anteriormente, dessa forma não realizaram a migração dos assuntos.

Gráfico 8



À exceção dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul e de Sergipe, os tribunais que implantaram totalmente as Tabelas de Assuntos do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nos assuntos nela previstos.

Gráfico 9



Vale elucidar que a maioria dos tribunais que implantou totalmente a Tabela de Assuntos do CNJ no 2º grau não utilizava tabela antes da implantação do modelo do CNJ.

Novamente, ressaltam-se os casos peculiares do Tribunal de Justiça do Amazonas e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro citados. O primeiro não implantou a Tabela de Assuntos e não utilizava tabela anteriormente, no entanto realizou a migração dos assuntos para a Tabela Unificada; já o segundo, apesar de não utilizar uma tabela anteriormente à implantação da Tabela do CNJ, realizou a migração dos assuntos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/PARA).

Os tribunais que não utilizavam uma tabela de assuntos antes da implantação da tabela do CNJ e realizaram parcialmente o DE/PARA foram os Tribunais de Justiça do Ceará, de Roraima e de São Paulo, além do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Gráfico 10

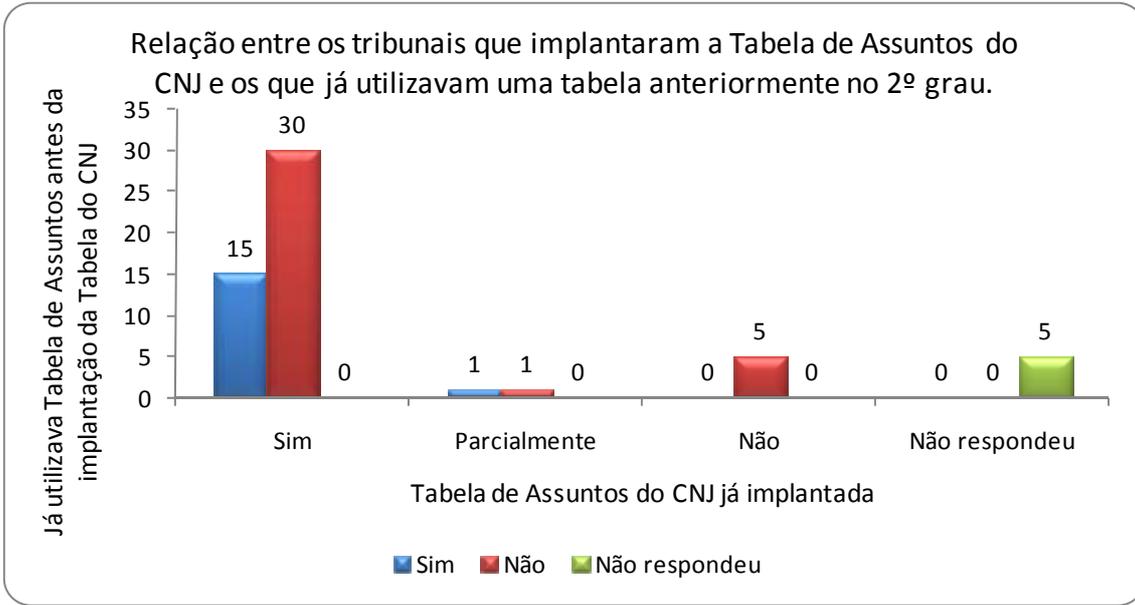
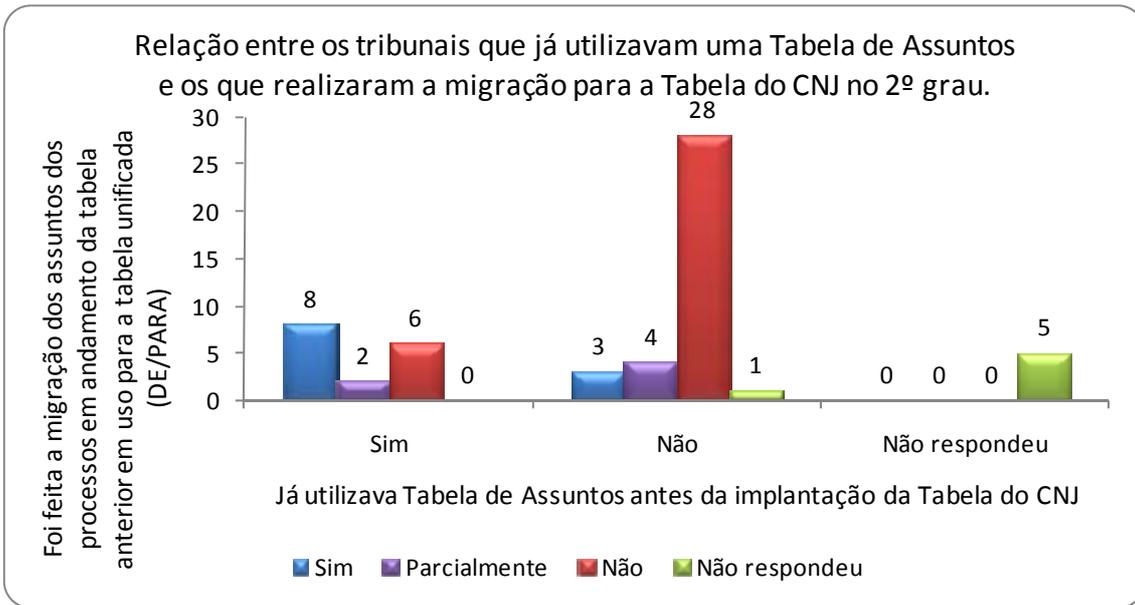


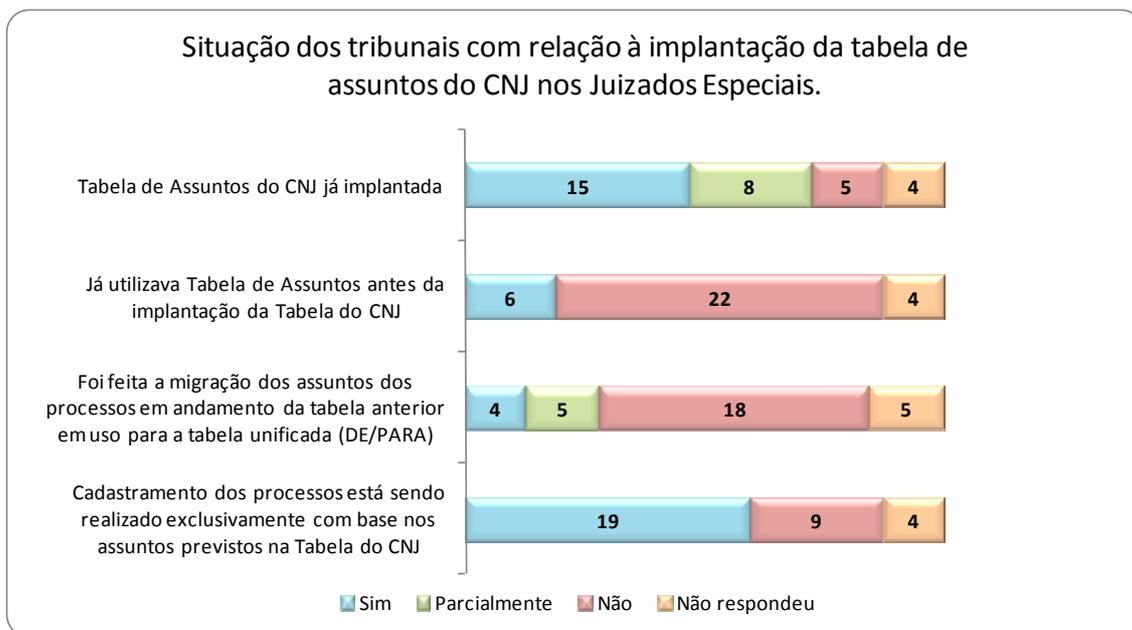
Gráfico 11



1.3. Juizados Especiais

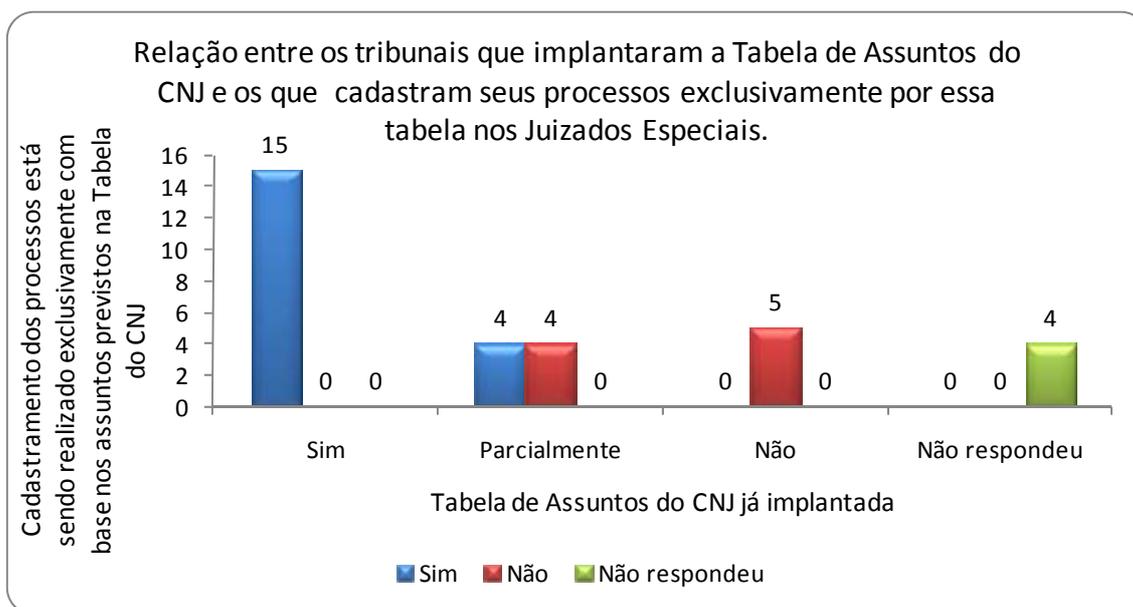
Com referência ao gráfico abaixo, pode-se notar que a maioria dos tribunais implantou totalmente ou parcialmente a Tabela de Assuntos do CNJ nos Juizados Especiais e já cadastra seus processos exclusivamente com base nos seus assuntos. Além disso, esses tribunais não utilizavam anteriormente tabela de assuntos, por isso não realizaram a migração dos assuntos.

Gráfico 12



O próximo gráfico evidencia que os tribunais que implantaram totalmente a Tabela de Assuntos do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nos assuntos ali previstos.

Observa-se que, entre os tribunais que informaram implantar parcialmente a Tabela de Assuntos do CNJ, metade cadastra seus processos utilizando exclusivamente os assuntos previstos na Tabela do CNJ.

Gráfico 13

Resta esclarecer que a maioria dos tribunais que implantou totalmente ou parcialmente a Tabela de Assuntos do CNJ não utilizava tabela antes da implantação do modelo do CNJ.

Não se implantou, nos Tribunais de Justiça do Amazonas e do Mato Grosso do Sul, a Tabela de Assuntos do CNJ, nem se utilizavam tabelas anteriores, mesmo assim esses tribunais informaram ter realizado a migração dos assuntos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Novamente, ressalta-se que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informou haver implantado parcialmente a Tabela de Assuntos do CNJ e ter efetuado a migração dos assuntos para a Tabela Unificada, apesar de não utilizar tabela anteriormente à implantação da tabela do CNJ. Ainda nesse âmbito, os Tribunais de Justiça de Roraima, Santa Catarina e São Paulo não utilizavam tabela de assuntos antes da implantação da tabela do CNJ e realizaram parcialmente o DE/PARA.

Gráfico 14

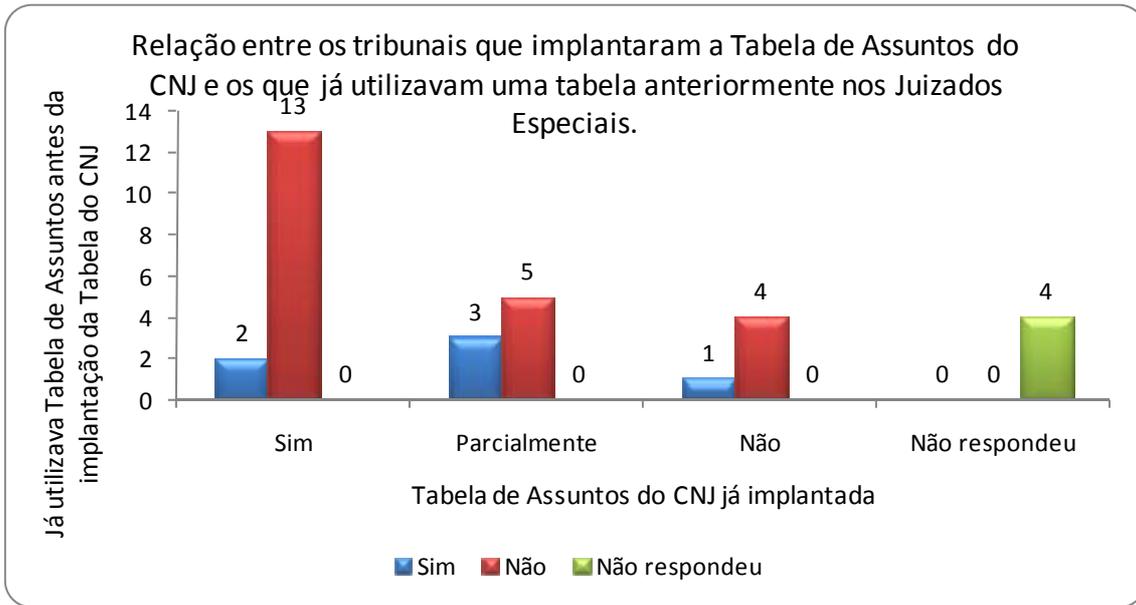
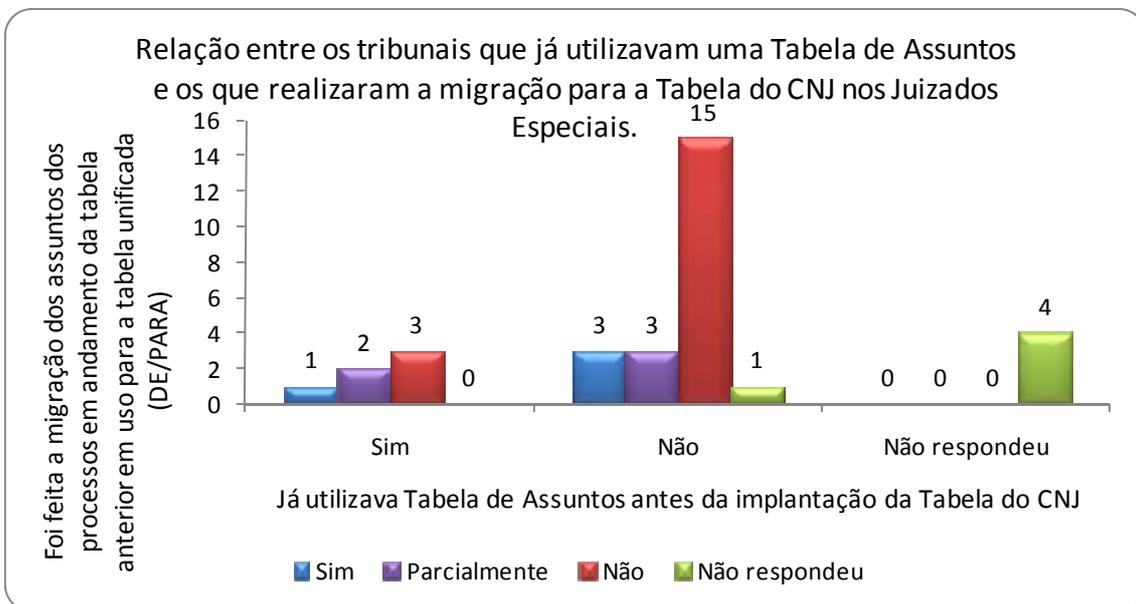


Gráfico 15



1.4. Dados Gerais - Tabela de Assuntos do CNJ

Tabela 4

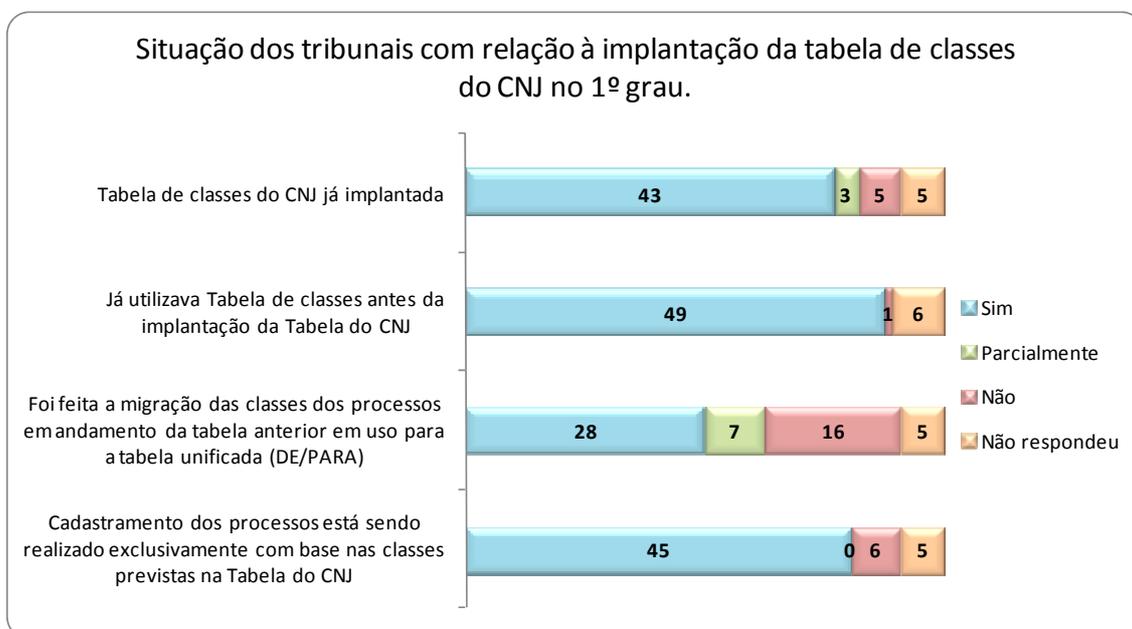
Tribunal	1.1 A Tabela de Assuntos do CNJ já foi implantada no seu Tribunal:			1.3 O Tribunal já utilizava Tabela de Assuntos antes da implantação da Tabela do CNJ?			1.5 Embora facultativa, foi feita a migração dos assuntos dos processos em andamento da tabela anteriormente em uso para a tabela unificada (DE/PARA)?			O cadastramento dos processos está sendo realizado exclusivamente com base nos assuntos previstos na Tabela do CNJ?		
	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais
JUSTIÇA FEDERAL												
TRF1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF2	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
TRF3	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Não	Não	Sim	Não
TRF4	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Não
TRF5	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
JUSTIÇA ESTADUAL												
TJAC	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
TJAL	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
TJAM	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAP	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJBA	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJCE	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Parcialmente	Não	Sim	Sim	Sim
TJDF	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
TJES	Parcialmente	Não	Parcialmente	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
TJGO	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJMA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
TJMG	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJMS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
TJMT	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJPA	Parcialmente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
TJPB	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJPE	Sim	Sim	Parcialmente	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
TJPI	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJPR	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	ni	ni	ni	Sim	Sim	Sim
TJRJ	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJRN	Não	Não	Parcialmente	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
TJRO	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJRR	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJRS	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não	Parcialmente	Não	Não	Não
TJSC	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJSE	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
TJSP	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Não	Não	Não	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJTO	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
JUSTIÇA DO TRABALHO												
TRT1	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT2	Sim	Sim		Não	Sim		Não	Parcialmente		Sim	Sim	
TRT3	Sim	Sim		Não	Não		Parcialmente	Parcialmente		Sim	Sim	
TRT4	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT5	ni	ni		ni	ni		ni	ni		ni	ni	
TRT6	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT7	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT8	Sim	Sim		Sim	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT9	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT10	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT11	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT12	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT13	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT14	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT15	Sim	Sim		Não	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT16	Sim	Sim		Sim	Não		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT17	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT18	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT19	Sim	Sim		Sim	Não		Sim	Não		Sim	Sim	
TRT20	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	
TRT21	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT22	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT23	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT24	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TST	0	Parcialmente		0	Sim		0	Sim		0	Não	

4. Tabela de Classes

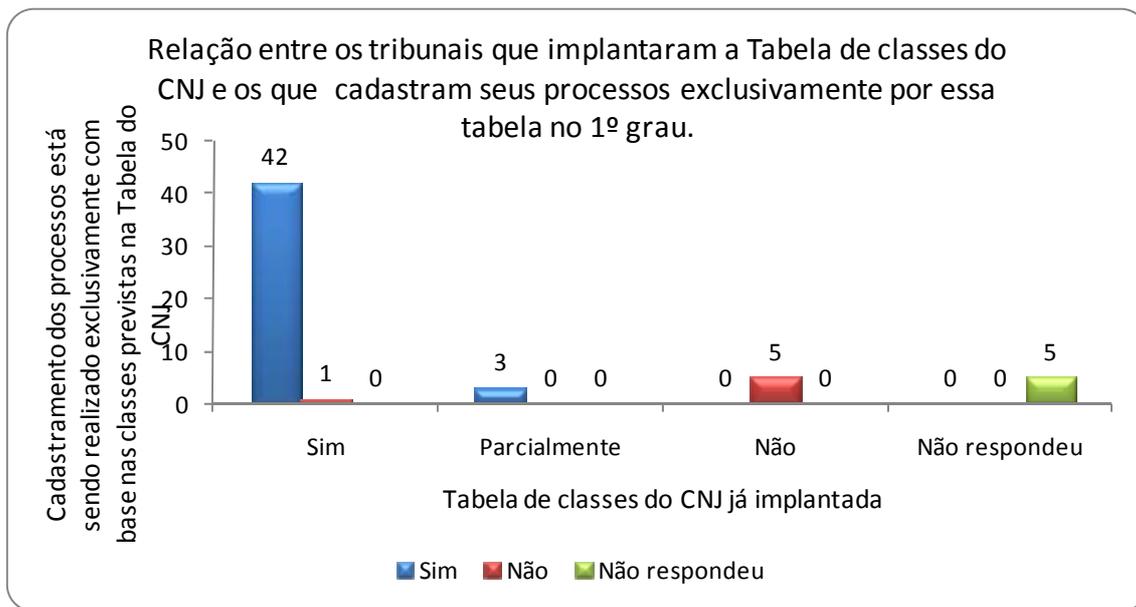
1.5. 1º grau

Constata-se que a maioria dos tribunais implantou a Tabela de Classes do CNJ e já cadastra seus processos exclusivamente com base nela. Esses tribunais já utilizavam tabela de classes anteriormente, porém alguns não realizaram a migração das classes, conforme se demonstra a seguir.

Gráfico 16



À exceção do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os tribunais que implantaram totalmente ou parcialmente a Tabela de Classes do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nas classes nela previstas.

Gráfico 17

Os tribunais que implantaram totalmente ou parcialmente a Tabela de Classes do CNJ, com exceção do Tribunal de Justiça do Maranhão e do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, utilizavam uma tabela anterior à implantação da tabela do CNJ.

O Tribunal de Justiça do Amazonas e do Mato Grosso do Sul não implantaram a Tabela de Classes do CNJ, todavia realizaram a migração das classes dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Gráfico 18

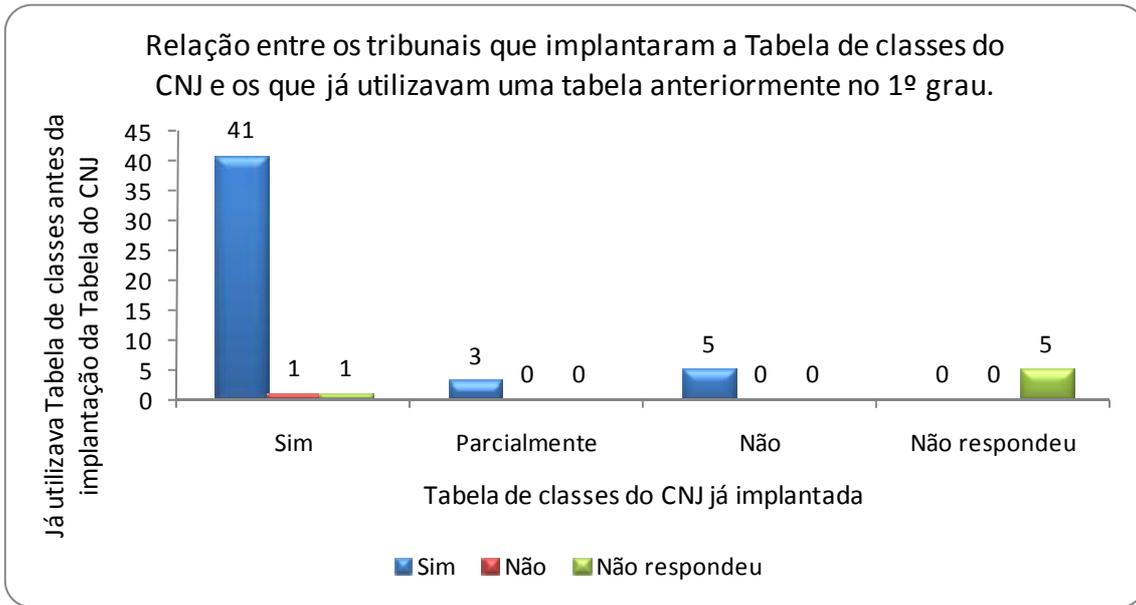
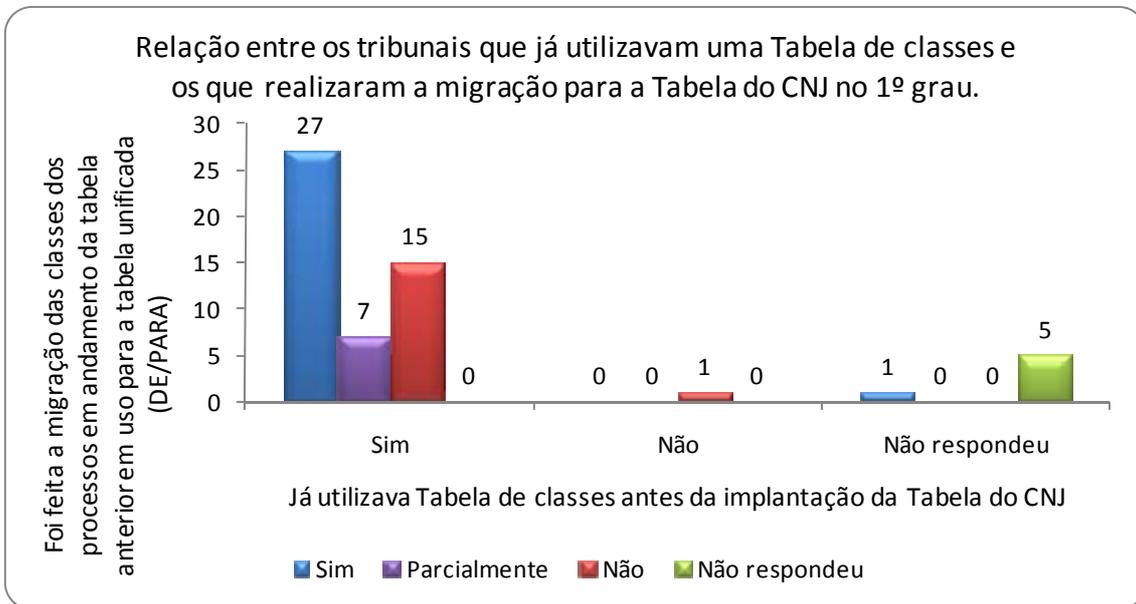


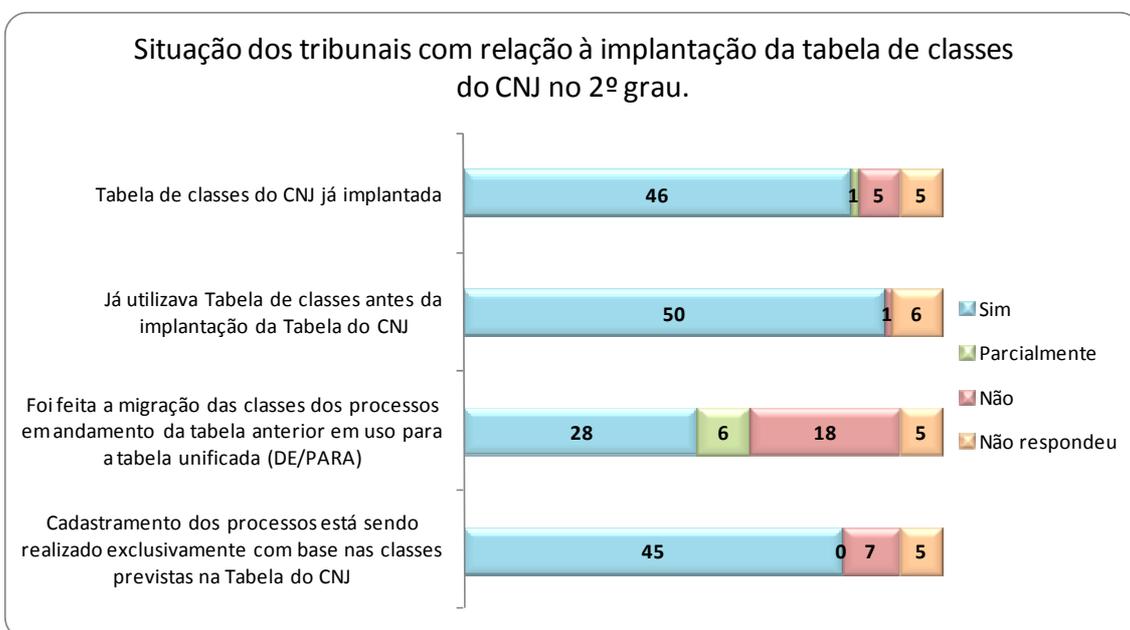
Gráfico 19



1.6. 2º grau

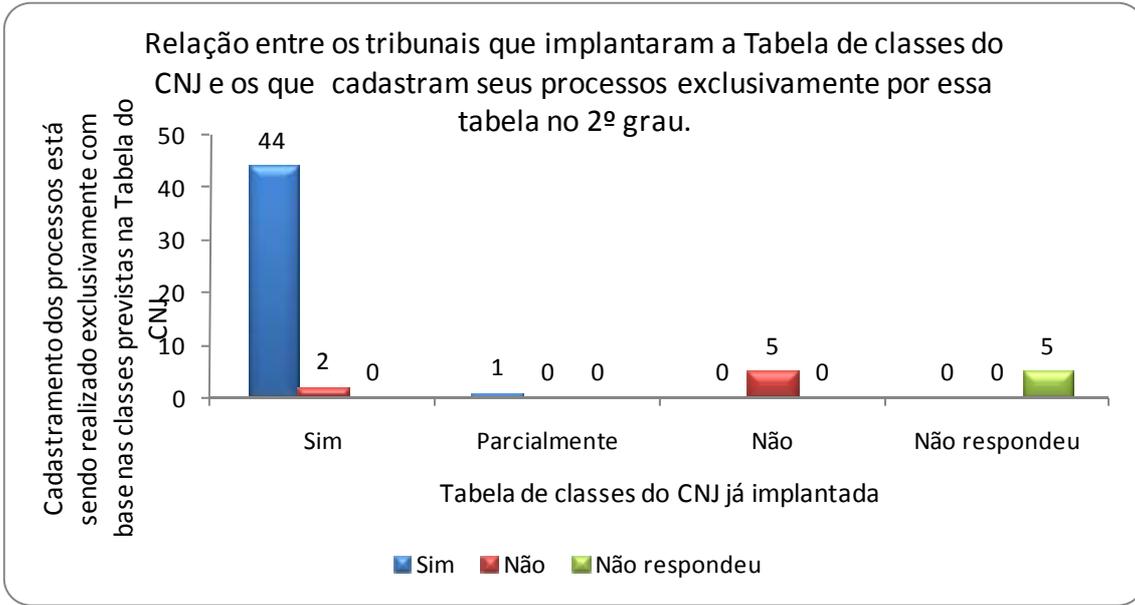
Por intermédio do gráfico abaixo, verifica-se que a maioria dos tribunais implantou a Tabela de Classes do CNJ e já cadastra seus processos exclusivamente com base nas classes nela previstas. Apesar de utilizarem tabela de classes anteriormente, esses tribunais não realizaram sua migração para o modelo do CNJ.

Gráfico 20



À exceção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, os tribunais que implantaram totalmente ou parcialmente a Tabela de Classes do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nela.

Gráfico 21



Os tribunais que implantaram totalmente ou parcialmente a Tabela de Classes do CNJ no 2º grau, com exceção do Tribunal de Justiça do Paraná, já utilizavam tabela antes da implantação desse modelo do CNJ. Além disso, a maioria dos tribunais que utilizava tabela de classes antes da implantação daquela do CNJ realizou o DE/PARA.

Gráfico 22

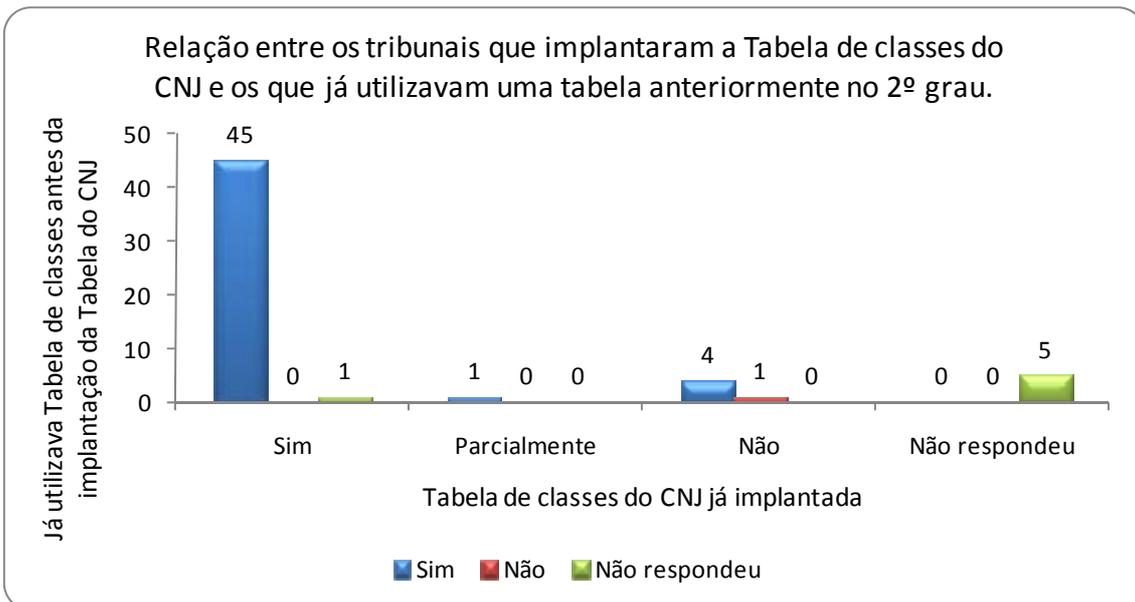
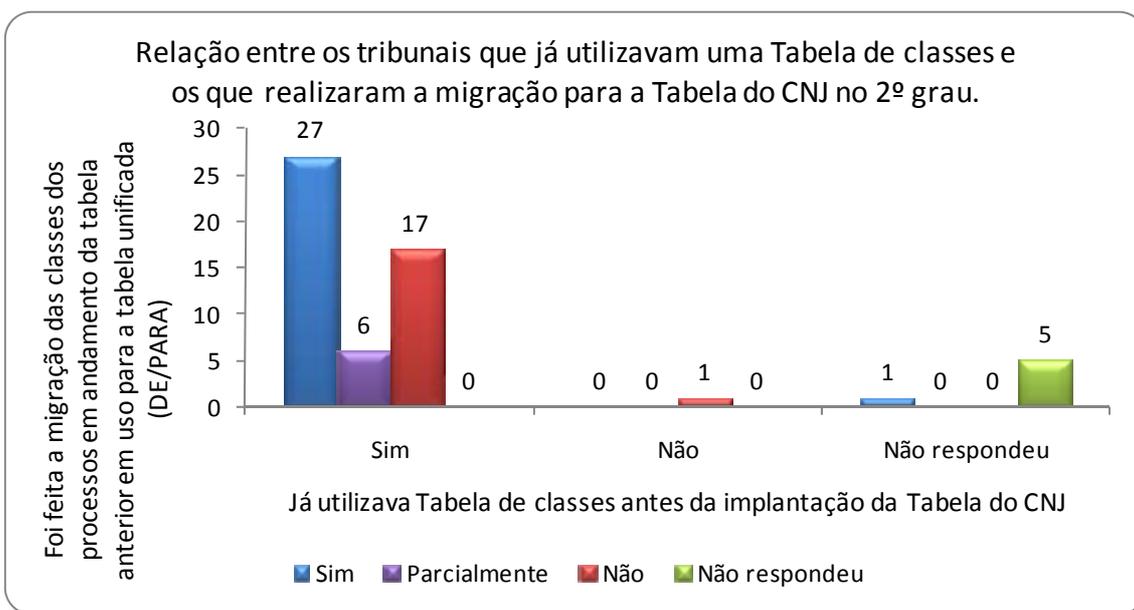
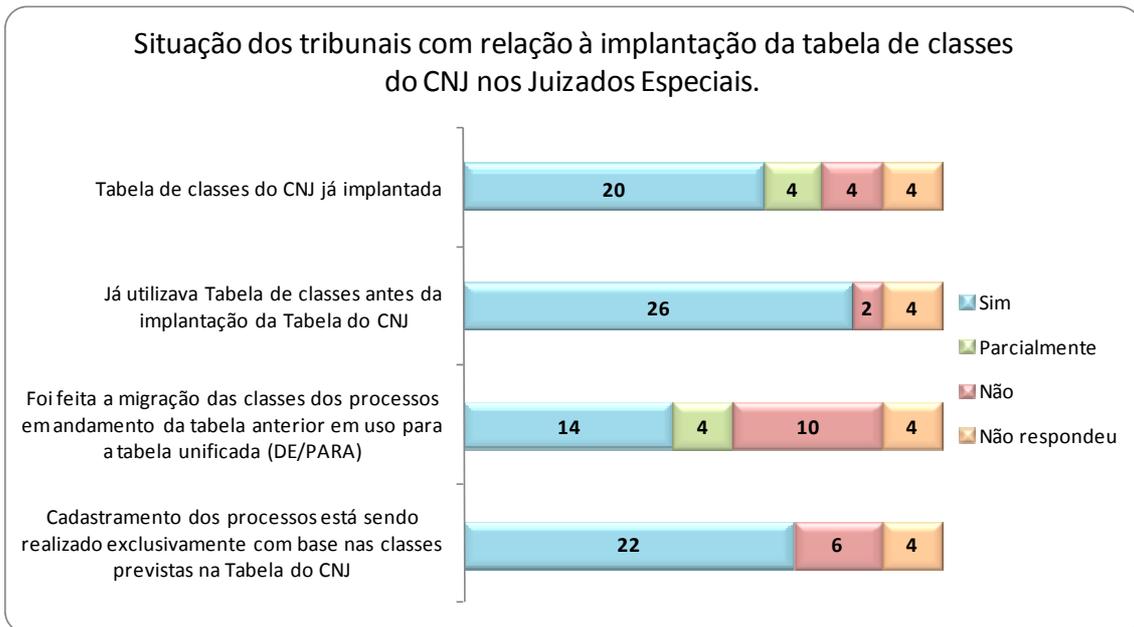


Gráfico 23

1.7. Juizados Especiais

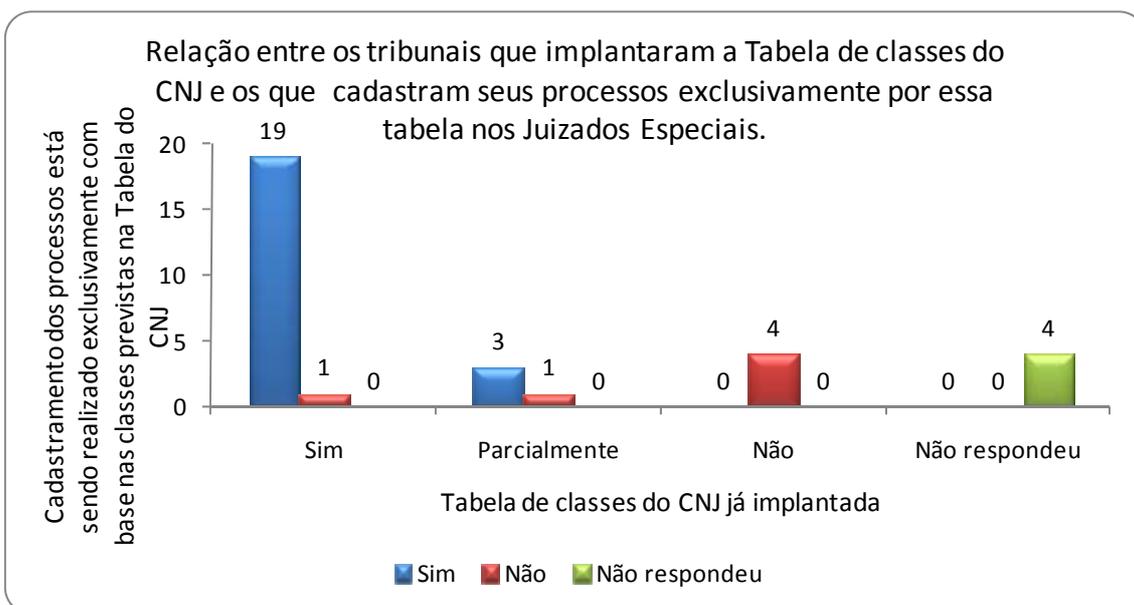
Nos Juizados Especiais, a maioria dos tribunais implantou a Tabela de Classes do CNJ e já cadastra seus processos exclusivamente com base nas classes lá constantes. Alguns desses tribunais, conforme demonstrado abaixo, não realizaram a migração das classes a despeito da utilização anterior de tabelas de classes.

Gráfico 24



À exceção dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, os tribunais que implantaram totalmente ou parcialmente as Tabelas de Classes do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nas suas classes.

Gráfico 25



Dos tribunais que implantaram totalmente ou parcialmente a Tabela de Classes do CNJ, apenas os Tribunais de Justiça da Bahia e do Maranhão não utilizavam uma tabela antes da implantação da tabela do CNJ.

Interessante apontar que os Tribunais de Justiça do Amazonas e do Mato Grosso do Sul não implantaram a tabela de Classes do CNJ, mas realizaram a migração das classes dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Gráfico 26

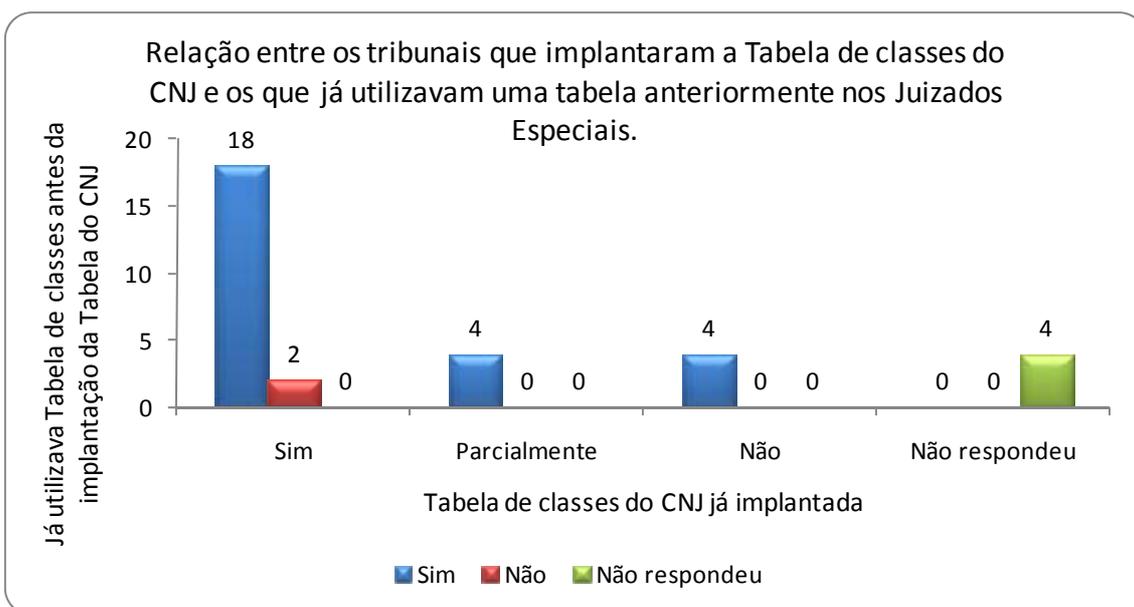
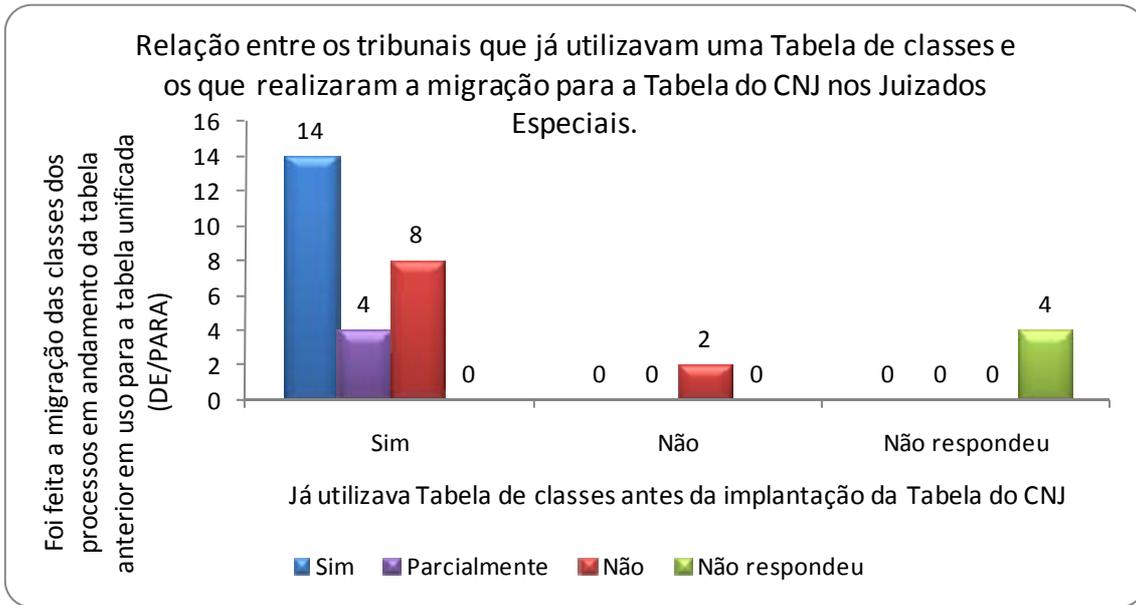


Gráfico 27



1.8. Dados Gerais - Tabela de Classes do CNJ

Tabela 5

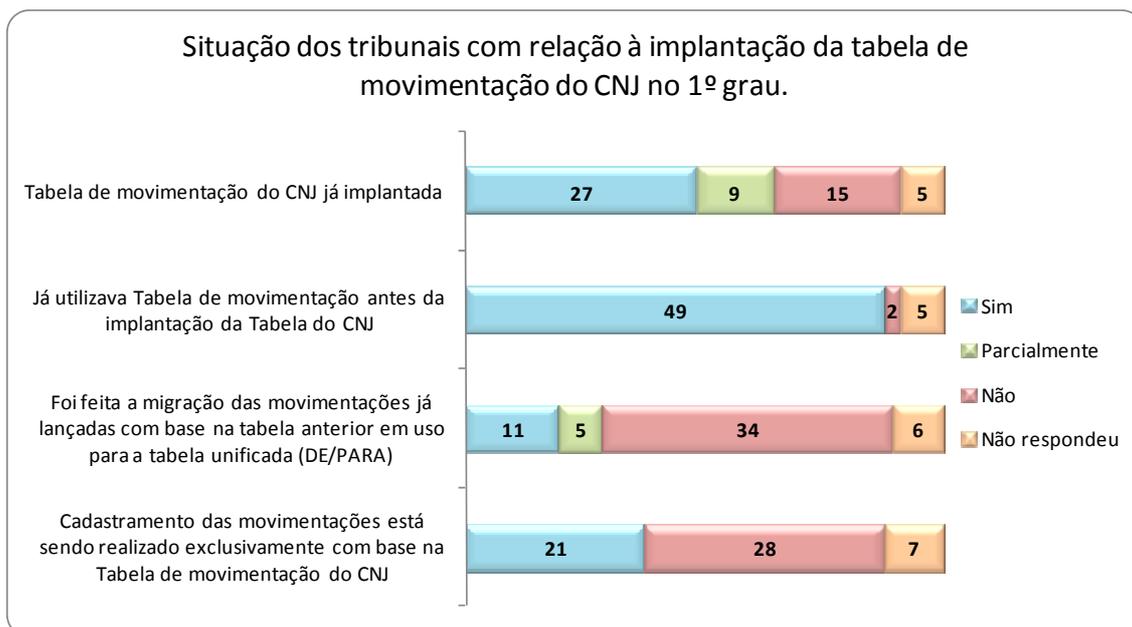
Tribunal	2.1 A Tabela de Classes do CNJ já foi implantada no seu Tribunal:			2.3 O Tribunal já utilizava Tabela de Classes antes da implantação da Tabela do CNJ?			2.4 Embora facultativa, foi feita a migração das classes dos processos em andamento da tabela anteriormente em uso para a tabela unificada (DE/PARA)?			O cadastramento dos processos está sendo realizado exclusivamente com base nas classes previstas na Tabela do CNJ?		
	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais
JUSTIÇA FEDERAL												
TRF1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Não	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TRF3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF4	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF5	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
JUSTIÇA ESTADUAL												
TJAC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJAL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJAM	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAP	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJBA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
TJCE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJDF	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJES	Parcialmente	Não	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Não	Parcialmente	Sim	Não	Sim
TJGO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJMA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
TJMG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJMS	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
TJMT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJPA	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
TJPB	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJPE	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Parcialmente	Não	Sim	Sim	Não
TJPI	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJPR	Sim	Sim	Sim	Sim	ni	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJRJ	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJRN	Não	Não	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
TJRO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJRR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJRS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
TJSC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJSE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJSP	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJTO	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
JUSTIÇA DO TRABALHO												
TRT1	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT2	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT3	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT4	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT5	ni	ni		ni	ni		ni	ni		ni	ni	
TRT6	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Sim		Sim	Sim	
TRT7	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT8	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT9	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Parcialmente		Sim	Não	
TRT10	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT11	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT12	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT13	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT14	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT15	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Parcialmente		Sim	Sim	
TRT16	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT17	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT18	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT19	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT20	Sim	Não		ni	Sim		Sim	Não		Sim	Não	
TRT21	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT22	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT23	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT24	Sim	Sim		Sim	Sim		Parcialmente	Parcialmente		Sim	Sim	
TST		Sim			Sim			Sim			Sim	

6. Tabela de Movimentos

1.9. 1º grau

Constatou-se certa morosidade na implantação da Tabela de Movimentos do CNJ, bem como na sua utilização pelos tribunais que a implantaram. Apenas 71% dos tribunais que responderam ao questionário possuem a Tabela de Movimentos do CNJ em algum grau de implantação, sendo 53% com implantação total. Por outro lado, percebe-se que a maior parte dos tribunais que responderam (96%) já utilizava alguma tabela de movimento.

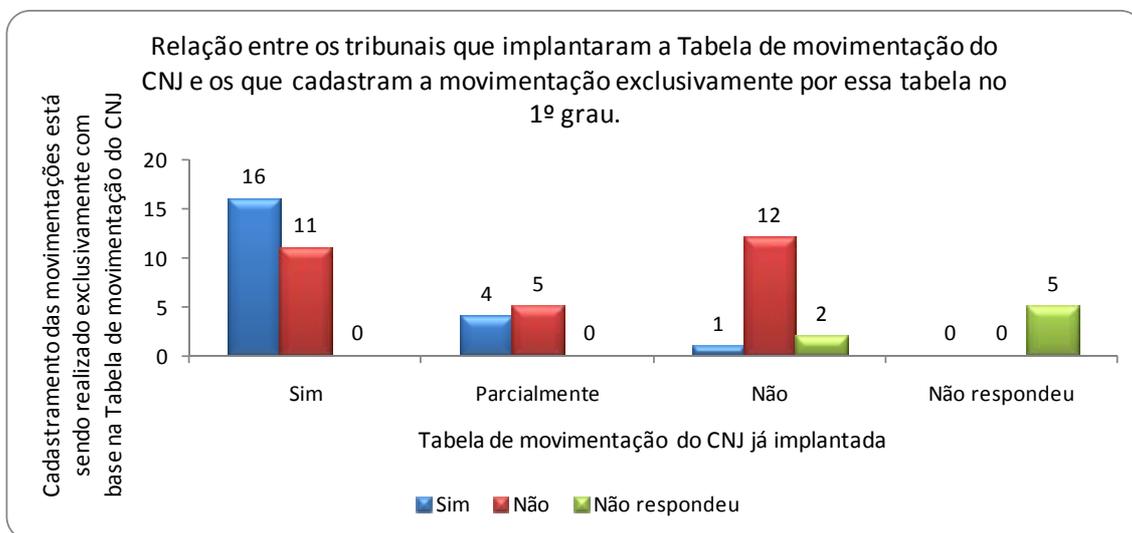
Gráfico 28



O gráfico a seguir demonstra que a maioria dos tribunais que implantaram totalmente a Tabela de Movimentos do CNJ cadastra seus processos exclusivamente com base em seus movimentos. Observa-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª

Região informou não ter implantado a tabela de movimentos do CNJ, porém cadastra seus processos exclusivamente com base nos movimentos dessa tabela.

Gráfico 29



Apenas o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região não utilizavam uma tabela de movimentos antes da implantação da tabela do CNJ.

Acrescenta-se que a maioria dos tribunais que já utilizavam uma tabela de movimentos antes da implantação da tabela do CNJ ainda não realizou a migração dos movimentos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Gráfico 30

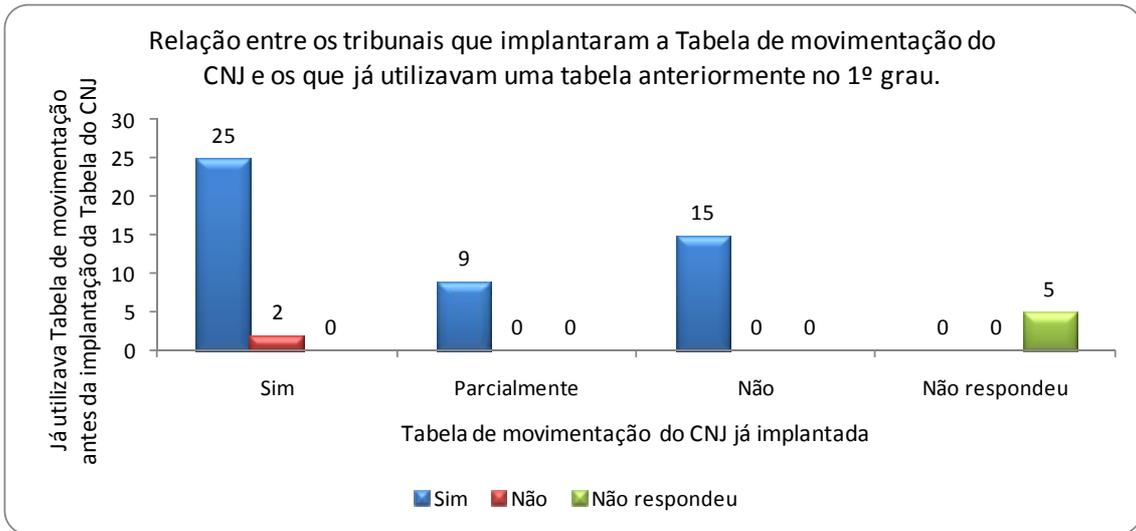
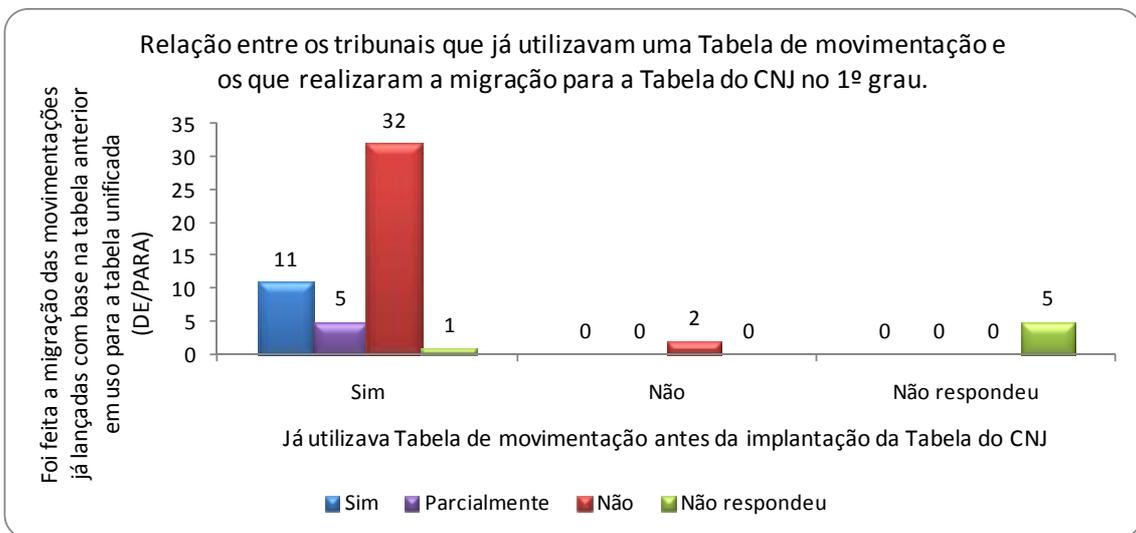


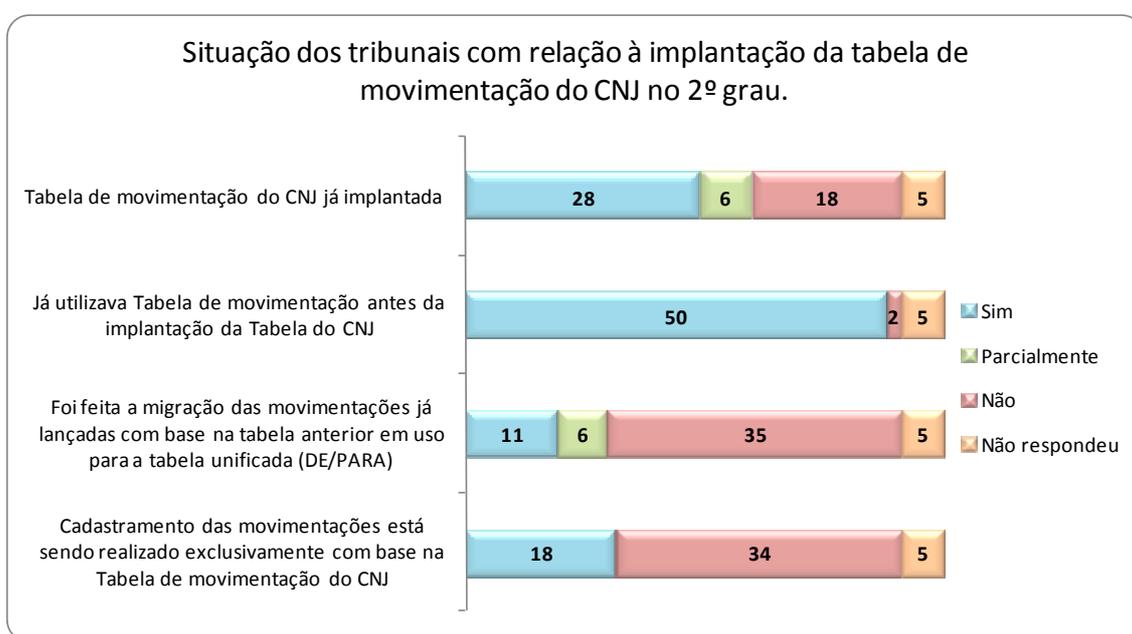
Gráfico 31



1.10. 2º grau

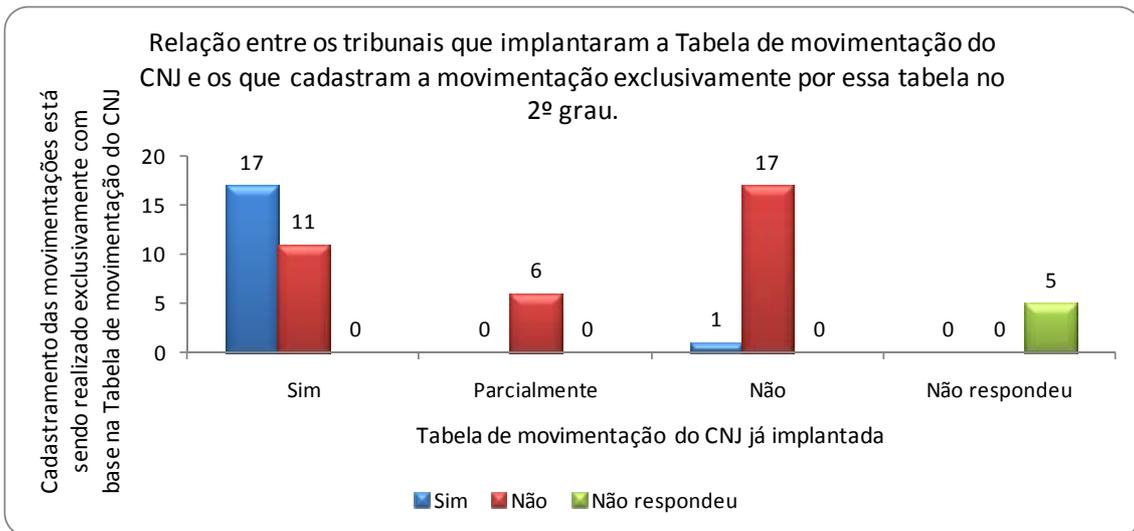
Verifica-se que quase a metade dos tribunais pesquisados implantou totalmente a Tabela de Movimentos do CNJ no 2º grau. Além disso, observa-se que muitos tribunais já utilizavam uma tabela de movimentos anteriormente, porém não realizaram a migração dos movimentos.

Gráfico 32



O gráfico a seguir demonstra que a maioria dos tribunais que implantaram totalmente a Tabela de Movimentos do CNJ cadastra seus processos exclusivamente com base nos movimentos ali previstos.

Observa-se que o Tribunal de Justiça de Alagoas informou não ter implantado a tabela de movimentos do CNJ, porém cadastra seus processos exclusivamente com base nos movimentos dessa tabela.

Gráfico 33

Apenas o Tribunal de Justiça do Maranhão (não implantou a tabela) e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (implantou a tabela) não utilizavam uma tabela de movimentos antes da implantação da tabela do CNJ.

A maioria dos tribunais que já utilizavam uma tabela de movimentos antes da implantação da tabela do CNJ ainda não realizou a migração dos movimentos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada (DE/ PARA).

Gráfico 34

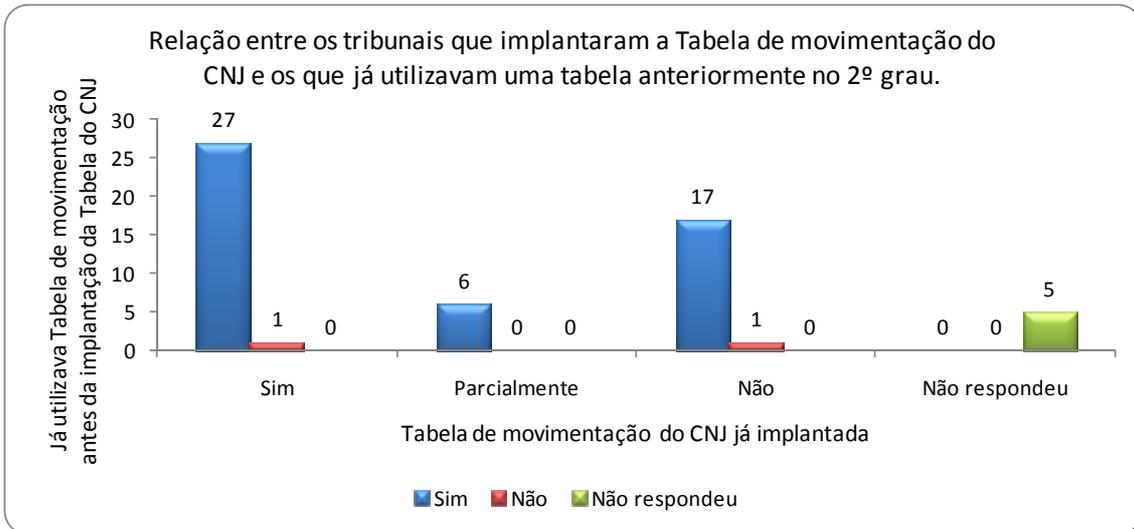
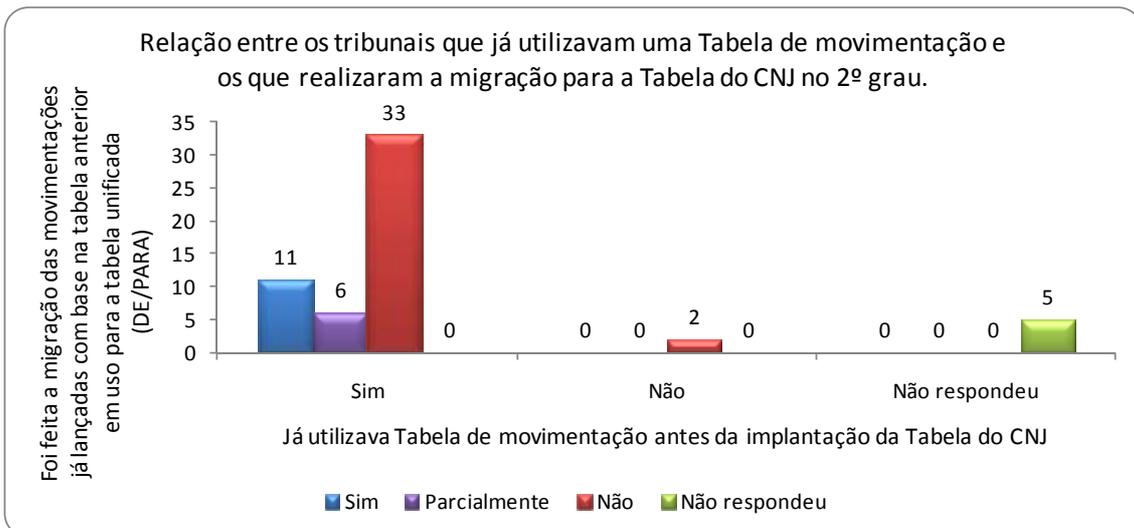


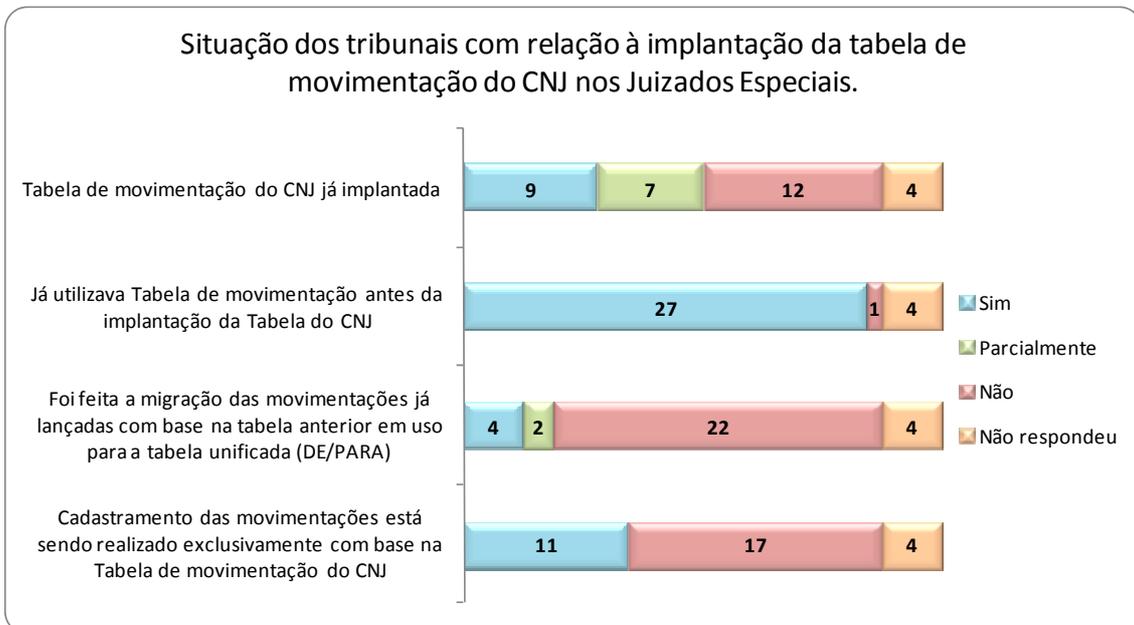
Gráfico 35



1.11. Juizados Especiais

Nos Juizados Especiais, a Tabela de Movimentos não foi amplamente implantada pelos tribunais e, por isso, não são cadastrados os processos, utilizando-se exclusivamente os movimentos previstos neste modelo. Observa-se, além disso, que a maioria dos tribunais já utilizava uma tabela de movimentos anteriormente, porém não realizou a migração dos movimentos.

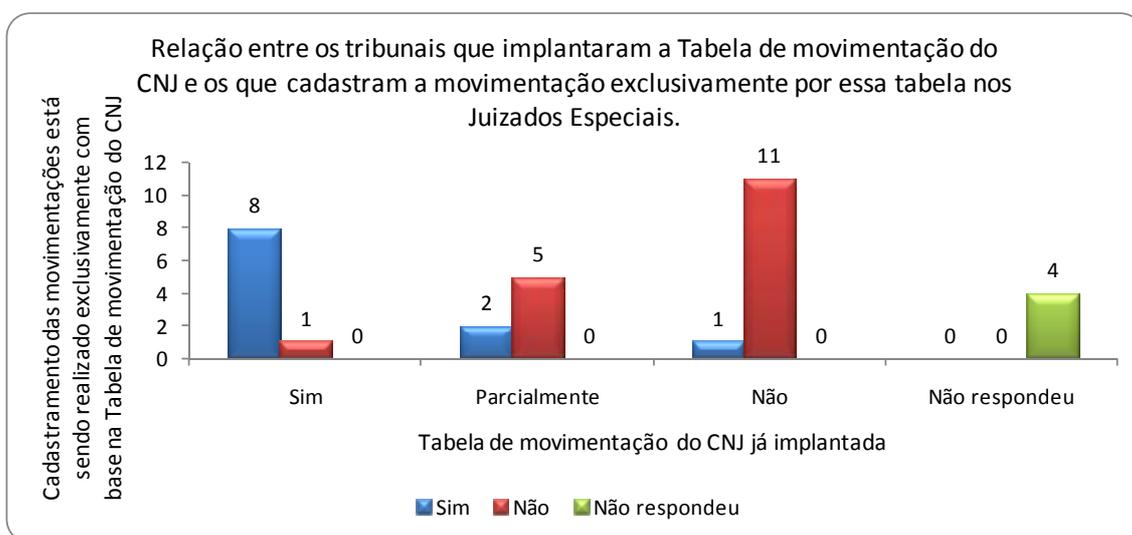
Gráfico 36



À exceção do Tribunal de Justiça de Roraima, os tribunais que implantaram totalmente a Tabela de Movimentos do CNJ cadastram seus processos exclusivamente com base nos seus movimentos.

O Tribunal de Justiça de Alagoas informou que, apesar de não ter implantado a Tabela de Movimentos do CNJ, cadastra seus processos exclusivamente com base nos movimentos dessa tabela.

Gráfico 37



Apenas o Tribunal de Justiça do Maranhão não utilizava uma tabela de movimentos antes da implantação da tabela do CNJ.

Os Tribunais de Justiça do Acre, de Alagoas, do Amazonas e do Ceará foram os únicos a realizar a migração dos movimentos dos processos em andamento da tabela anterior em uso para a tabela unificada do CNJ (DE/PARA), sendo que os Tribunais de Justiça da Bahia e de Santa Catarina realizaram parcialmente essa migração.

Gráfico 38

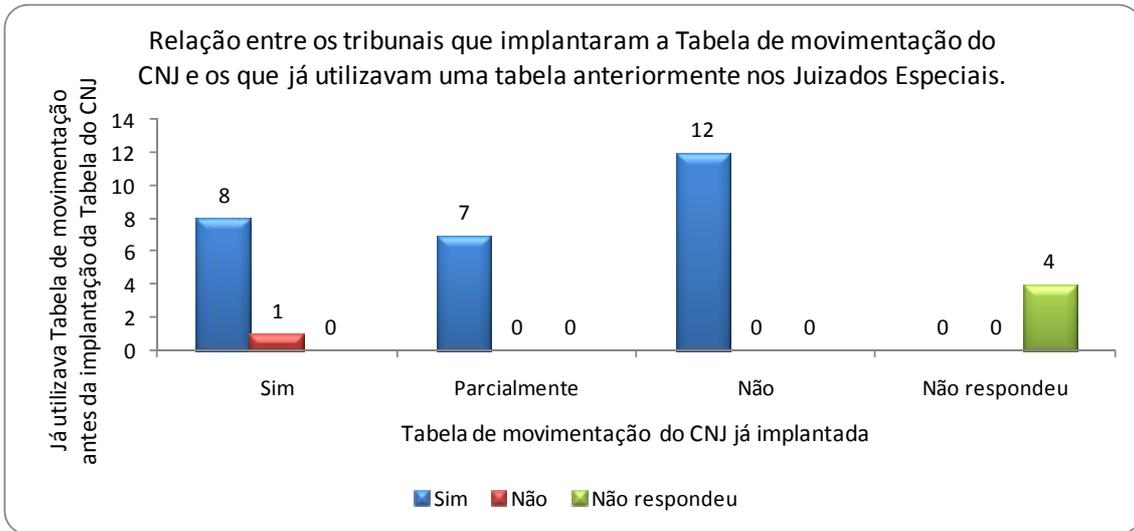
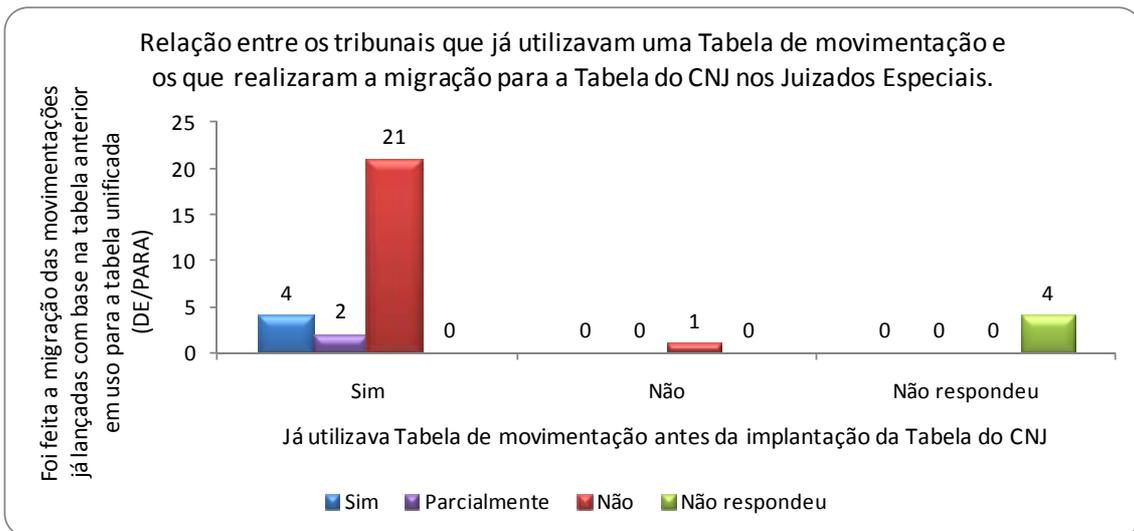


Gráfico 39



1.1. Dados Gerais - Tabela de Movimentos do CNJ

Tabela 6

Tribunal	3.1 A Tabela de Movimentação do CNJ já foi implantada no seu Tribunal?			3.3 O Tribunal já utilizava a Tabela de Movimentação antes da implantação da Tabela do CNJ:			3.4 Embora facultativa, foi feita a migração, para os processos em andamento, das movimentações já lançadas com base na tabela anteriormente em uso para a tabela unificada (DE/PARA)?			O cadastramento das movimentações está sendo realizado exclusivamente com base na Tabela de Movimentação do CNJ?		
	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais
JUSTIÇA FEDERAL												
TRF1	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TRF2	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TRF3	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TRF4	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TRF5	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
JUSTIÇA ESTADUAL												
TJAC	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
TJAL	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJAM	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAP	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJBA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJCE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJDF	Não	Parcialmente	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJES	Parcialmente	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
TJGO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJMA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
TJMG	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJMS	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Parcialmente	Não	Não	Não	Não
TJMT	Não	Não	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJPA	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
TJPB	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJPE	Parcialmente	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
TJPI	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni	ni
TJPR	Não	Não	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJRI	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJRN	Não	Não	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
TJRO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJRR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJRS	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJSC	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Não	Não	Não
TJSE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJSP	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJTO	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	ni	Sim	Sim
JUSTIÇA DO TRABALHO												
TRT1	Sim	Sim		Não	Não		Não	Não		Sim	Sim	
TRT2	Sim	Sim		Sim	Sim		Parcialmente	Não		Não	Não	
TRT3	Não	Não		Sim	Sim		Não	Parcialmente		Não	Não	
TRT4	Não	Parcialmente		Sim	Sim		ni	Parcialmente		ni	Não	
TRT5	ni	ni		ni	ni		ni	ni		ni	ni	
TRT6	Parcialmente	Não		Sim	Sim		Parcialmente	Não		Não	Não	
TRT7	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Não	Sim	
TRT8	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT9	Sim	Sim		Sim	Sim		Parcialmente	Não		Não	Não	
TRT10	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT11	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT12	Parcialmente	Parcialmente		Sim	Sim		Não	Não		Não	Não	
TRT13	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não	
TRT14	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Sim	Sim	
TRT15	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Não	Não	
TRT16	Não	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT17	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Não	Não	
TRT18	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT19	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não	
TRT20	Sim	Não		Sim	Sim		Sim	Não		Sim	Não	
TRT21	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Não	Não	
TRT22	Sim	Sim		Sim	Sim		Não	Não		Não	Não	
TRT23	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT24	Sim	Sim		Sim	Sim		Parcialmente	Parcialmente		Não	Não	
TST		Parcialmente			Sim			Sim			Não	

7. Respostas do questionário x dados do relatório

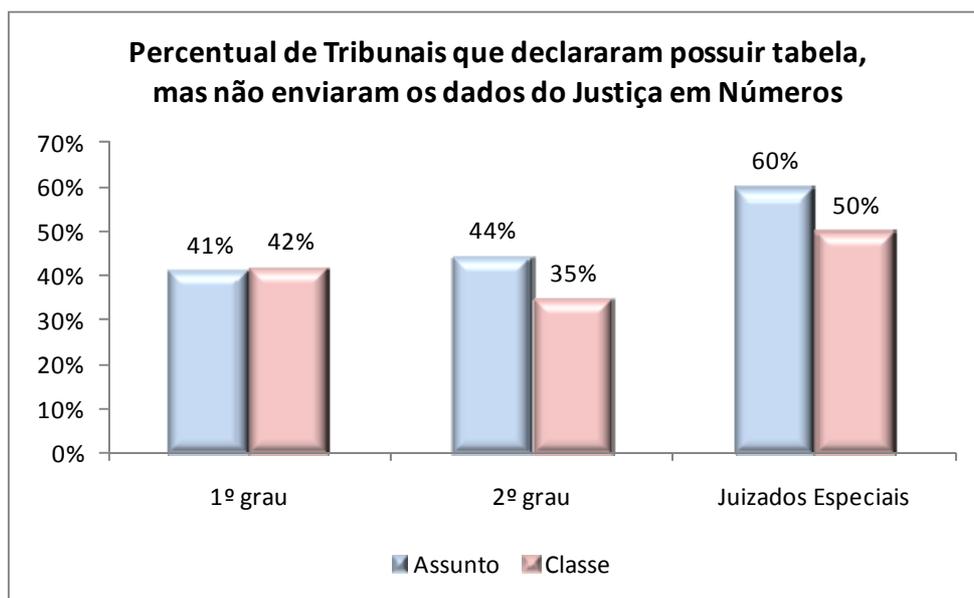
Justiça em Números 2009

Na coleta de dados no sistema Justiça em Números ano-base 2009, solicitou-se que os tribunais informassem o número de casos novos de ingresso durante o ano, para cada classe e assunto das tabelas. Esperar-se-ia, portanto, nesse sentido, que os tribunais que responderam possuir tabelas processuais unificadas não tivessem qualquer dificuldade em gerar esse tipo de informação para envio ao anuário estatístico do CNJ.

Com o objetivo de corroborar essa constatação e, reflexamente, testar a consistência das respostas apresentadas no questionário, efetuou-se análise comparativa entre a informação encaminhada no questionário e os dados recebidos para o Justiça em Números.

Verificou-se, como resultado do exercício, que muitos tribunais declararam possuir tabela processual implantada¹, mas não foram capazes de gerar os dados solicitados. No 1º grau, cerca de 41% não enviaram os dados de casos novos por assunto e 42% não enviaram os casos novos por classe. No 2º grau, os percentuais de não envio da informação foram de 44% e 35% para assunto e classe respectivamente e, nos Juizados Especiais, os percentuais foram de 60% e 50% respectivamente. Ressalta-se que parte dessa diferença pode ser justificada pela implantação tardia das tabelas, fato que não permitiria a extração dos dados no ano-base 2009 (vide gráfico abaixo).

¹ Os tribunais que implantaram parcialmente ou que não informaram não foram computados para o cálculo dos percentuais.

Gráfico 40

Há também casos em que o tribunal declarou não possuir tabela (ou parcialmente), mas mesmo assim conseguiu gerar os dados solicitados. Nesses casos, presume-se que a extração dos dados tenha se realizado por intermédio de um trabalho de “*de-para*” ou por meio de levantamento manual. Essa realidade equivale a menos de 5% dos tribunais, a depender da instância e do tipo de tabela. A seguir, apresenta-se a relação analítica dos tribunais cruzando a resposta ao questionário das tabelas com a informação prestada no sistema Justiça em Números.

Tabela 7

Implantação da Tabela de Classes

Tribunal	2.1 A Tabela de Classes do CNJ já foi implantada no seu Tribunal:			Envio dados por classe: Justiça em Números 2009		
	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais
JUSTIÇA FEDERAL						
TRF1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF4	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF5	ni	ni	ni	Não	Sim	Sim
JUSTIÇA ESTADUAL						
TJAC	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAL	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAM	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
TJAP	ni	ni	ni	Não	Não	Não
TJBA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJCE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJDFT	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
TJES	Parcialmente	Não	Parcialmente	Não	Não	Não
TJGO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJMA	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
TJMG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJMS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
TJMT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJPA	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Sim	Não
TJPB	ni	ni	ni	Não	Não	Não
TJPE	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJPI	ni	ni	ni	Não	Não	Não
TJPR	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
TJRJ	Sim	Parcialmente	Sim	Não	Não	Não
TJRN	Não	Não	Parcialmente	Não	Não	Sim
TJRO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJRR	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJRS	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJSC	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
TJSE	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJSP	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Não	Sim	Não
TJTO	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
JUSTIÇA DO TRABALHO						
TRT1	Sim	Sim		Não	Não	
TRT2	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT3	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT4	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT5	ni	ni		Sim	Sim	
TRT6	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT7	Sim	Sim		Não	Não	
TRT8	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT9	Sim	Sim		Não	Não	
TRT10	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT11	Sim	Sim		Não	Não	
TRT12	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT13	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT14	Sim	Sim		Não	Não	
TRT15	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT16	Sim	Sim		Não	Não	
TRT17	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT18	Sim	Sim		Não	Não	
TRT19	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT20	Sim	Não		Sim	Sim	
TRT21	Sim	Sim		Não	Não	
TRT22	Sim	Sim		Não	Não	
TRT23	Sim	Sim		Não	Não	
TRT24	Sim	Sim		Sim	Sim	
TST	Sim			Sim		

Tabela 8

Implantação da Tabela de Assuntos

Tribunal	1.1 A Tabela de Assuntos do CNJ já foi implantada no seu Tribunal:			Envio dados por assunto: Justiça em Números 2009		
	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais	1º Grau	2º Grau	Juizados Especiais
JUSTIÇA FEDERAL						
TRF1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TRF2	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TRF3	Parcialmente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
TRF4	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TRF5	ni	ni	ni	Não	Sim	Sim
JUSTIÇA ESTADUAL						
TJAC	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAL	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJAM	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TJAP	ni	ni	ni	Não	Não	Não
TJBA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJCE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJDFT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
TJES	Parcialmente	Não	Parcialmente	Não	Não	Não
TJGO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJMA	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
TJMG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJMS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
TJMT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
TJPA	Parcialmente	Sim	Não	Não	Sim	Não
TJPB	ni	ni	ni	Não	Não	Não
TJPE	Sim	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
TJPI	ni	ni	ni	Não	Não	Não
TJPR	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
TJRJ	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Não	Não	Não
TJRN	Não	Não	Parcialmente	Não	Não	Sim
TJRO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TJRR	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJRS	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Não	Não	Não
TJSC	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
TJSE	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
TJSP	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Não	Sim	Não
TJTO	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
JUSTIÇA DO TRABALHO						
TRT1	Sim	Sim		Não	Não	
TRT2	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT3	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT4	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT5	ni	ni		Sim	Sim	
TRT6	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT7	Sim	Sim		Não	Não	
TRT8	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT9	Sim	Sim		Não	Não	
TRT10	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT11	Sim	Sim		Não	Não	
TRT12	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT13	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT14	Sim	Sim		Não	Não	
TRT15	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT16	Sim	Sim		Não	Não	
TRT17	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT18	Sim	Sim		Não	Não	
TRT19	Sim	Sim		Sim	Sim	
TRT20	Sim	Não		Sim	Sim	
TRT21	Sim	Sim		Não	Não	
TRT22	Sim	Sim		Não	Não	
TRT23	Sim	Sim		Não	Não	
TRT24	Sim	Sim		Sim	Sim	
TST	Parcialmente			Não		

Conclusão

Objetivou-se traçar um retrato o mais fidedigno possível do processo de implantação das tabelas unificadas por meio dos questionários aplicados e dos dados informados pelos tribunais que integram os relatórios *Justiça em Números*. A análise aqui empreendida poderá servir de subsídio para o Comitê Gestor das tabelas em suas ações futuras.

Ao final do trabalho, extraem-se algumas conclusões gerais que merecem ser ressaltadas. Primeiramente, destaca-se que a maioria dos tribunais da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho (incluindo o TST) implantou as Tabelas de Assuntos e Classes do CNJ no 1º e no 2º grau e nos Juizados Especiais. A adesão à Tabela de Movimentos, não obstante, foi apenas parcial. Os Juizados Especiais foram os principais responsáveis por esse baixo índice, ao passo que a taxa de implantação da tabela de movimentos aproximou-se de 50% nos 1º e 2º graus. Observa-se, ainda, com relação à tabela de movimentos, que muitos tribunais já utilizavam uma tabela desse tipo anteriormente, porém não realizaram sua migração para os parâmetros do CNJ.

Salienta-se, em segundo lugar, que foram detectadas algumas possíveis inconsistências na análise das respostas aos questionários aplicados no primeiro trimestre de 2010 à luz dos dados enviados ao *Justiça em Números*. Essas inconsistências podem ser categorizadas em dois grandes grupos, que merecem acompanhamento mais cuidadoso e acurado nas futuras ações vislumbradas nessa área.

O primeiro grupo é dos respondentes que revelaram possuir as tabelas processuais unificadas, entretanto não foram capazes de gerar os dados solicitados. O

segundo grupo é de tribunais que declararam não possuir tabela (ou parcialmente), mas mesmo assim geraram os dados solicitados.

No primeiro caso, essa ocorrência é mais frequente do que no segundo caso, conforme se demonstrou acima, e especialmente preocupante nos Juizados Especiais. Existem, no entanto, algumas possíveis justificativas para essas inconsistências que mereceriam investigações mais detidas. Uma primeira possibilidade que poderia explicar as inconsistências do primeiro grupo seria a implantação tardia das tabelas. Para o segundo grupo, uma possível explicação seria a realização de um trabalho de “de-para” pelos tribunais ou mesmo a realização de minucioso levantamento manual. Essa realidade categorizada no segundo grupo, no entanto, restringe-se a menos de 5% dos tribunais, a depender da instância e do tipo de tabela.